MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CARIDADE MEÂNDRICA:

TRATAMENTO DA LOUCURA E HIGIENISMO URBANO NA TERESINA DA BELLE ÉPOQUE (1871 - 1930)

ANA MARIA SOUSA BRAGA VIEIRA

Brasília, novembro de 2021.

ANA MARIA SOUSA BRAGA VIEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em História

Orientador: Professor Dr. José Inaldo Chaves.

Brasília, novembro de 2021

TRATAMENTO DA LOUCURA E HIGIENISMO URBANO NA TERESINA DA BELLE ÉPOQUE (1871 - 1930)

BANCA EXAMINADORA

Data de defesa: 03/11/2021

_____

Professor Dr. José Inaldo Chaves

Orientador

_____

Professora Dra. Léa Maria Carrer Iamashita

Universidade de Brasília

_____

Professor Dr. Mateus Gamba Torres

Universidade de Brasília

Brasília, novembro de 2021

SUMÁRIO

Resumo/Abstract 5

Lista de Ilustrações..... 6

Introdução..... 7

Capítulo 1 – A SAÚDE E A “LOUCURA” NA SOCIEDADE BRASILEIRA E NO MUNDO NOS TEMPOS DA *BELLE ÉPOQUE* 13

1.1 A Política de higienização das cidades no Brasil no período da Belle Époque: contraste do novo com velho 15

Capítulo 2 – TERESINA NO COMEÇO DO SÉCULO XX: ENSEJOS DE MODERNIZAÇÃO DE UMA CIDADE PACATA 23

2.1 O sonho de uma cidade planeja: Paris de Barão Haussmann brasileira? 28

Capítulo 3 – CARIDADE MEÂNDRICA: ASSISTÊNCIA AOS CORPOS DITOS LOUCOS OU EXCLUSÃO DE GRUPOS MARGINALIZADOS 35

3.1 A despadronização da sociedade em meio a ideia progressista das elites teresinense 37

3.2 O conceito de “loucura” no imaginário social da época e a criação do “Asilo de Loucos” 44

Considerações finais 57

Fontes 60

Referências Bibliográficas 61

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso visa apresentar os ideários de tratamento da loucura preconizados pelos governantes e as suas representações no “imaginário social” de Teresina no período situado entre o final do século XIX até meados da década de 1930, bem como analisar as transformações ocorridas na cidade até a criação de seu primeiro hospital psiquiátrico. Com isso, visa-se analisar as possíveis repercussões na sociedade da época e os sentidos da criação daquela instituição psiquiátrica, tal como suas práticas sociais, notavelmente quanto às internações, sendo estas com a intenção de cura ou uma simples maneira de disciplinar a mendicância e a vadiagem das classes pobres e dos marginalizados a fim de promover a limpeza da cidade segundos padrões do higienismo da Belle Époque. Para tanto, foram analisados *Relatórios da Santa Casa de Misericórdia, Falas de Mensagens Governamentais e jornais* que circularam na cidade durante o período estudado.

PALAVRAS-CHAVE: História – Loucura – Cidade – Imaginário Social.

ABSTRACT

The present work of course conclusion aims to present the idearies of the treatment of madness advocated by the rulers and their representations at Teresina’s “social imaginary” in the period between the end of the 19th century until the mid-1930s, as well as analyzing the changes that occurred in the city until the creation of its first psychiatric hospital. The aim of this study is to analyze the possible repercussions in the society of the time and the senses of the creation of that psychiatric institution, as well as its social practices, notably regarding hospitalization, With the intention of healing or a simple way of disciplining the begging and vadiation of poor and marginalized classes in order to promote the cleanliness of the city according to the standards of Belle Epoque hygienism. Reports of the Santa Casa de Misericórdia, speeches of government messages and newspapers that circulated in the city during the study period were analyzed.

KEYWORDS: History - Madness - City - Social Imaginary.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Imagem da planta de Teresina no ano de 1852 21
Figura 2 – Asilo de Alienados de Teresina 36

INTRODUÇÃO

Que olhar das crianças permite revelar fenômenos sociais que o olhar dos adultos deixa na penumbra ou obscurece totalmente. Assim, interpretar as representações sociais das crianças pode ser não apenas um meio de acesso à infância como categoria social, mas às próprias estruturas e dinâmicas sociais que são desocultadas no discurso.[1]

De acordo com o pressuposto acima descrito por Pinto e Sarmento sobre a representação da criança no imaginário social, a infância é parte da sociedade. E é partindo deste pressuposto que eu inicio a introdução do meu trabalho. Agora, você deve estar imaginando o que pode haver de comum entre o entendimento de infância com o tema aqui debatido, correto? Pois bem, eu vou tentar explicar: Eu, na infância, e até os meus 21 anos, tive contato com uma pessoa que notoriamente, hoje em dia, teria laudos de diversas avarias psíquicas, como por exemplo, a bipolaridade, a depressão, a ansiedade e mais gravemente, a esquizofrenia. Essa pessoa se chamava Maria de Jesus Barbosa, mais conhecida como irmã do meu pai, e, portanto, minha tia.

Desde muito cedo tive que aprender a lidar com as crises, as manias e as visões que ela tinha. Porém, enquanto criança, nunca soube distinguir o que era raiva, desconforto com sua família e suas doenças, porém, eu conseguia sentir que algo ali não era normal. O que eu sabia era que minha tia era considerada “louca”, ou seja, sem nenhum laudo psiquiátrico, ela passava apenas por uma alcoólatra que via coisas quando estava bêbada. Só que, a partir do momento em que eu comecei a ter consciência e passei a fazer perguntas acerca de seu comportamento, soube que minha tia já havia sido internada em um manicômio, e que, mesmo depois de passar por vários tratamentos, ela continuou a ser a mesma “Maria Louca”, como muitas vezes era chamada.

A partir do momento em que tive a oportunidade de pesquisar mais acerca do assunto, isso apenas quando entrei na Universidade Federal do Piauí, passei a devorar livros e mais livros que falavam sobre pessoas que viviam na mesma condição

---

[1] SARMENTO, Manuel Jacinto & PINTO, Manuel. **As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo**. In: PINTO, Manuel & SARMENTO Manuel Jacinto (Coord.). As crianças contextos e identidades. Universidade do Minho,1997, p. 10-30. (Coleção Infans – Centro de estudos da criança.).

que ela, ou parecida. O que eu pude perceber é que muitas e muitas pessoas eram taxadas de loucas por agirem de maneira considerada anormal aos olhos da sociedade. Foi então que, ao ler o livro *Holocausto Brasileiro,* de Daniela Arbex, lançado em 2013, comecei a pensar não apenas na condição da minha tia, porém também no espaço no qual essas pessoas eram tratadas e como esses indivíduos eram tratados, ou até mesmo destratados, chegando a um ponto que muitos morriam em um espaço que estava destinado, supostamente, a acolhê-los.

Descobri, em disciplinas do curso de História, as teorias e políticas higienistas no Brasil e no mundo, nascidas na segunda metade do século XIX, e também o pensador Michel Foucault e como ele trabalhava com o conceito de loucura em suas obras. Esses foram dois pontos que também me levaram à sede do saber. Interessei-me com afinco pelo assunto e foi então que eu passei a dedicar-me a esta pesquisa, sendo que, no decorrer dos estudos, surgiram outras dúvidas e o desejo por suas respectivas respostas. Para tanto, e visando dar uma memória póstuma a minha tia, eu considero que a História serviu, serve e servirá para produzir novas possibilidades e releituras do passado e, quem sabe, mudar nossa relação com o próprio presente. Com efeito, a História, como conhecimento, poderá contribuir com uma reflexão mais bem sustentada sobre a condição de pessoas como minha tia, que muitas vezes convivem com doenças psiquiátricas sem saber que possuem o direito de receber a atenção adequada da sociedade e o tratamento médico digno fornecido pelo Estado por meio de políticas públicas e da medicina.

Agora, entrando propriamente no trabalho aqui exposto, venho dizer que, no que diz respeito ao imaginário social e a sociabilidade, por muito tempo fora dada pouca importância aos corpos ditos loucos. Durante a idade média, por exemplo, esse era um problema visto como uma simples falha da razão. Michel Foucault, em seu livro, *História da Loucura* (1961), nos apresenta uma concepção de loucura que engloba não apenas a questão da saúde mental como problema da medicina, mas também suas representações nos imaginários sociais. Em *História da Loucura na Idade Clássica*, o autor objetivou estudar a estrutura da exclusão dos corpos, buscando entender como ela era construída socialmente e qual era sua lógica interna. Para tanto, Foucault propôs um estudo de caso:

> – Tal como Dumézil o faz para os mitos, tentei descobrir formas estruturadas de experiência cujo esquema pudesse ser encontrado, com modificações, em níveis diversos...
> – E qual é essa estrutura?
> – A da segregação social, a da exclusão. Na Idade Média, a exclusão atinge o leproso, o herético. A cultura clássica exclui mediante o hospital geral, a Zuchthaus, a Workhouse, todas as instituições derivadas do leprosário. Eu quis descrever a modificação de uma estrutura exclusiva.[2]

Foucault não criou um novo conceito do que e quem já era considerado louco. Não objetivou falar a "verdade" acerca da loucura, mas se concentrou em esclarecer uma questão deveras importante: segundo ele, a loucura se caracterizava pela forma como a sociedade experimentava-a e vivenciava-a socialmente, isto é, a partir das interações sociais entre um mundo "são" e os "loucos". Foucault se preocupava, principalmente, em analisar a lógica da exclusão do louco, com as tecnologias que o retiram da sociedade, expondo a genealogia das ferramentas de segregação utilizadas em torno das doenças mentais.

O presente trabalho objetiva buscar reflexões acerca das representações dos corpos ditos loucos no imaginário social de Teresina no período situado entre o final do século XIX até meados da década de 1930. Buscando analisar as transformações modernistas operadas e seu reflexo sobre a população dita louca no processo de mudança da capital do Piauí até a construção do asilo de alienados, cujo propósito era tratar a saúde mental no primeiro hospital psiquiátrico da cidade. Pretende-se desenvolver uma abordagem histórica que analisa as repercussões da criação do asilo e o sentido social e política proposto em sua criação, sendo estes com intenção de tratamento aos corpos enfermos ou uma simples maneira de disciplinar a mendicância e a vadiagem em uma época em que a "higiene" da cidade era princípio central do urbanismo e os "loucos" representavam um risco e uma ameaça aos planos modernizadores da Belle Époque. Por isso, confiá-los a um local específico era objetivo que pudesse combinar práticas médicas e urbanísticas em um mesmo projeto.

---

[2] FOUCAULT, Michel. Loucura, literatura, sociedade. IN.: MOTTA, Manoel Barbosa (org.). **Problematização do sujeito:** psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 162-163.

Tendo em vista o crescente ideário progressista na capital do Piauí, decorrente da aspiração das elites locais de conectar-se ao novo regime republicano e federativo instalado no Brasil, em 1891, uma significativa parcela da população acabou por ser deslocada das áreas centrais da cidade. Nesse sentido, o que quero dizer é que a parcela mais pobre da população acabou por, compulsoriamente, territorializar um espaço mais afastado do centro da capital que surgia, ficando estas pessoas em áreas periféricas, construindo e reconstruindo uma vida social marcada pela exclusão e negação da cidade, como no caso dos mendigos, pobres, prostitutas e, entre esses, os loucos. A elite política e econômica da capital do Piauí, antes com ares provincianos e agrários, acreditava que o embelezamento e o higienismo da cidade era o caminho necessário para alcançar o progresso e modernização almejado, do que dependia uma necessária reordenação da própria vida social.[3] O que nos leva a indagar: como se pretendia sanar a necessidade de cuidados para os sujeitos internados no asilo? De que forma eles eram vistos pela sociedade da época? Eram tratados com a esperança de cura ou apenas sujeitos à segregação socioespacial?

Com base no que foi dito, a pesquisa sobre este tema é importante por evidenciar questionamentos sociais numa Teresina recém inserida no contexto republicado, com uma nova roupagem de valores elitistas na qual o pobre e seus subsequentes – loucos – não cabiam mais e terminam por tornarem-se grupos indesejados, além de serem vistos como um perigo para a ordem política e social que ali se tentava instaurar. Segundo as proposições desencadeadas, eles comprometeram a fundação da cidade ideal, inspirada nos valores da modernidade e no ideal positivista de progresso, na Belle Époque, necessitando não apenas da vigilância contínua do Estado, como também da sua realocação em lugares reservados que não ferissem os novos projetos urbanizadores.

> Emergia uma parte da população de Teresina, vivendo do subemprego, da mendicância e de trabalhos temporários. Essa gente, em muitos casos, era levada a loucura e ao suicídio, provocados pelo vício ao álcool.[4]

---

[3] ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza:** a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. p. 32

[4] ARAÚJO**,** *op. cit.*, 1995. p. 50.

No que diz respeito à estruturação dos capítulos aqui dispostos, procurei abarcar os significados dados aos diferentes conceitos, tanto do que se refere às principais particularidades da saúde mental no Brasil e na Europa, quanto ao que se refere às políticas públicas instauradas no Piauí, mais especificamente em Teresina, no final do século XIX até a criação do Asylo de Alienados. No primeiro capítulo, busquei dialogar com a História Urbana, a História da Saúde e o conceito de loucura evidenciado no livro *História da Loucura*, de Michel Foucault. Vali-me com o auxílio de outros estudiosos, como Azemar dos Santos Soares Júnior, Maria Stella Bresciani, Sandra Pesavento, Margaret Rago e Sidney Chalhoub. Também busquei levar em consideração as inovações instauradas em Paris durante a Belle Époque no começo do século XX, que levaram muitas cidades do Brasil a quererem se modernizar usando-a como modelo de cidade ideal, como o Rio de Janeiro, Belém, Recife e Manaus.

No capítulo 2 a proposta principal é discutir acerca da história urbana de Teresina no final do século XIX e início do século XX, recorte aqui estudado. Busquei dialogar com os momentos que sucederam a mudança da antiga capital, Oeiras, para Teresina e como foi a transformação de uma cidade fortemente agrária para uma cidade que buscava implementar dinâmicas urbanas e sociais inspiradas pelo modelo parisiense. Neste capítulo, foi estudada, a partir das *mensagens de relatórios governamentais apresentadas à Câmara Legislativa do Piauí,* localizadas na Hemeroteca Digital Brasileira, a fundação da Teresina da Belle Époque, seu planejamento e os muitos debates acerca de sua plena concretização. Importante ressaltar que, neste processo, teve papel ideológico e político-urbanístico central a oposição entre o rural e o urbano, entre o campo e a cidade e, com efeito, a concepção que associava o passado colonial e pecuarista de Oeiras ao atraso econômico e cultural do Piauí e, por sua vez, vinculava o sonho modernista da nova capital ao progresso, à industrialização e ao refinamento dos hábitos, objetivos esperados para Teresina. Além das fontes primárias, a história urbana de Teresina também foi compreendida a partir da historiografia regional piauiense.

Por fim, no capítulo 3 eu me propus a estudar o tema proposto propriamente dito, fazendo estudo de caso com as fontes encontradas na *Hemeroteca Digital Brasileira* e tentando responder questionamentos feitos no decorrer do projeto. É então proposto o estudo da história das políticas de saúde em Teresina direcionadas aos corpos loucos, bem como as dinâmicas de marginalização de pessoas vistas

como empecilhos para a criação de uma capital metropolitana e moderna. Para tanto, procuro refletir sobre as principais respostas de como eram pensadas as políticas de saúde antes e até a criação do Hospital Areolino de Abreu, bem como aponto a quantidade de pessoas que eram tratadas e mortas enquanto estavam internadas nesse espaço.

Propus-me também a refletir acerca de dúvidas relacionadas à saúde dos corpos marginalizados da época, tais como: quais eram os principais propósitos governamentais à época da criação do Asylo de Alienados? Tais propósitos e as ações que vieram a partir disso foram bem-sucedidos segundo os objetivos da época? Procurei revelar a conflituosidade que abarcava o desejo de construção do espaço de tratamento dos loucos no recorte temporal estudado – uma época em que a psiquiatria no Brasil reivindicava seu espaço como campo da medicina.

CAPÍTULO 1
A SAÚDE E A LOUCURA COMO PROBLEMA HISTÓRICO NO MUNDO E NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Foucault, em uma de suas principais obras, “História da Loucura na Idade Clássica”[5], inicia sua abordagem falando das chagas e dos males da lepra entre a baixa idade média e o início da época moderna (séculos XIV ao XVII). O autor descreve o significado social que se criou em torno dos corpos leprosos que detinham tais doenças e, após a erradicação das doenças nessas pessoas, a permanência do estigma que haviam legado: o de um ser intocável, incurável, incompreensível e indesejado.

> Desaparecida a lepra, apagado (ou quase) o leproso da memória, essas estruturas permanecerão. Frequentemente nos mesmos locais, os jogos da exclusão serão retomados, estranhamente semelhantes aos primeiros, dois ou três séculos mais tarde.[6]

A doença consecutiva que parecia substituir o lugar do leproso na sociedade e que ocupava os hospitais que eram destinados aos leprosos, não tanto como recintos de tratamento, mas do isolamento propriamente dito, foram as doenças venéreas. Porém, estas doenças transmitidas sexualmente logo atingiram o status de serem passíveis de tratamentos e cura, não tendo, portanto, o mesmo lugar da lepra. O autor denota que o sucesso do isolamento das doenças venéreas em muito se deveu ao regime de isolamento e internação a que foram submetidas as pessoas no século XVII. Mas, o fenômeno que realmente se constatou como uma espécie de herança da lepra e da maneira da sociedade de interagir com ela foi a “loucura”.

> A loucura e o louco tornam-se personagens maiores em sua ambiguidade: ameaça e irrisão, vertiginoso desatino do mundo e medíocre ridículo dos homens.[7]

---

[5] FOUCAULT, Michel. **História da loucura:** na Idade Clássica. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972, p. 50.
[6] FOUCAULT, *op. cit.*, p. 10.
[7] Ibidem, p. 18.

Foucault descreve o lugar dos insanos, no período da Renascença, como seres indesejáveis, que eram comumente rechaçados das cidades, sobretudo se fossem estrangeiros, havendo registros de alguns municípios que destinavam parte de seus tributos aos insanos locais, registros de alas para insanos dentro dos hospitais e alguns lugares destinados ao seu confinamento. Cabe ressaltar que a condição não era compreendida como uma doença ou um estado que se pudesse remediar, tratar, assistir, melhorar a qualidade de vida, o que a assemelhava muito à lepra, cuja interpretação única da sociedade era de confinar e excluir do convívio social os seus portadores.

De acordo com Providello e Yasui,[8] Foucault, em seus estudos, no afã de compreender a exclusão da loucura, procurou se concentrar no fato de que o que caracteriza a loucura, sobretudo, é a forma como a sociedade a experimenta e a concebe como relação social:

> O que se tem é um processo de vivência de uma experiência social de reinvenção da loucura para, com o passar de alguns séculos, gradativamente ocorrer a edificação do seu conhecimento científico. Ou seja, o saber da loucura não se apresenta, na história do conhecimento, como verdade já dotada, de início, do seu aparato psicológico.[9]

Para Foucault, a transformação da loucura em doença mental tratou-se de uma invenção e não de uma descoberta. Providello e Yasui discorrem sobre a interpretação do autor acerca da loucura como sendo uma invenção humana, desnaturalização que não se restringe a ela, mas estende-se também a conceitos mais primordiais do que se compreende como racionalidade:

> A loucura torna-se uma forma relativa à razão ou, melhor, loucura e razão entram numa relação eternamente reversível que faz com que toda loucura tenha sua razão que a julga e controla, e toda razão sua loucura na qual ela encontra sua verdade irrisória. Cada uma é a medida da outra, e nesse

[8] PROVIDELLO, Guilherme Gonzaga Duarte; YASUI, Silvio. A loucura em Foucault: arte e loucura, loucura e desrazão. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p. 1515-1529, Dec. 2013.

[9] SILVEIRA, Fernando de Almeida e SIMANKE, Richard Theisen. A psicologia em História da Loucura de Michel Foucault. **Fractal, Rev. Psicol. [online]**, vol.21, n.1, p. 7, 2009.

> movimento de referência recíproca elas se recusam, mas uma fundamenta a outra.[10]

Foi na Idade Clássica que a loucura ganhou o status de uma doença mental, que deveria ter um acompanhamento médico, e que este último precisaria prescrever laudos para permitir o que antes se fazia puramente pela solicitação das famílias, como o internamento, a alienação e a jurisdição que entende o louco como um alienado, incapaz de responder por si próprio:

> Assim, se antes desta fase, o internamento ocorria pela solicitação da família, da cura da paróquia, do tenente de polícia ou do rei, sem laudo pericial médico, Foucault demarca que seria a partir do momento em que a jurisprudência da alienação do século XVII se torna preliminar a todo internamento, é que teríamos a inserção do papel do médico na verificação da incapacidade do indivíduo potencialmente internável, no processo de convencimento do magistrado.[11]

1.1 Cidade e higienismo no Brasil da Belle Époque: contraste do novo com o velho

Final do século XIX, começo do século XX. Não há quem discorde que essa foi uma época de muitas mudanças em todo o mundo, e no Brasil não foi diferente. Sob o encalço dos desejos de melhoria do país e com o pensamento de ordem e progresso, as intervenções começaram a ser feitas, a maioria delas no plano urbanístico, o que promoveria, anos depois, uma quebra do que antes era vivenciado no Brasil, para uma nova vertente citadina, com implementações e mudanças nos moldes de vida e no imaginário social da população das cidades do país.

Como exemplo disso, o Rio de Janeiro, capital do Império e da República naquela virada de séculos, à época administrado pelo Prefeito Pereira Passos (1902-1906). Em meados de 1904, a hoje denominada cidade maravilhosa passava por suas primeiras intervenções no intuito de dar lugar aos novos hábitos advindos do ideal urbano e positivista parisiense. Novos costumes eram propostos, a forma de morar era modificada. Em meio a tantas intervenções no espaço urbano e na sociedade, fez-

[10] FOUCAULT, *op. cit.*, p. 35.
[11] SILVEIRA & SIMANKE, A Psicologia em História da Loucura de Michel Foucault, *op. cit.*, p. 30.

se necessário também criar uma política de higienização das ruas e dos locais públicos, fazendo então com que segmentos populacionais "não alinhados" ficassem à margem dessas novas modernidades. O morador de rua, as prostitutas, os loucos etc. Essas eram figuras que deveriam ser excluídas dos novos espaços da modernidade, como as novas praças e os passeios públicos, destinados à "gente decente e civil" da cidade. Como apontou José Murilo de Carvalho:

> [...] o centro da cidade foi depressa modificado, a avenida Beira-Mar foi aberta, jardins foram criados e reformados, os bondes ganharam tração elétrica, sem esquecer a construção do novo porto.[12]

Além do Rio de Janeiro, cidades como Recife, em Pernambuco, e João Pessoa, na Paraíba, passaram a ser influenciadas pelas transformações na paisagem urbana. A elite paraibana, por exemplo, se interessou em implementar tais mudanças no Estado, em vista de que os lucros advindos da cultura algodoeira, principal atividade econômica na época, puderem sustentar parte dos altos gastos com a transformação urbana da velha cidade colonial.

Diante de todo interesse em melhorias para as capitais brasileiras, vinham também modificações que mexiam particularmente com grupos tradicionalmente excluídos da sociedade da época. Duvidava-se particularmente da capacidade destes grupos em se ajustarem aos novos padrões de "higiene", "decoro" e civilidade adotadas pelas elites citadinas e que os governantes desejavam estimular e promover. Como dito anteriormente, os moradores de rua, os ditos loucos, as prostitutas e demais, eram todos vistos como empecilho para uma cidade aos moldes da bela cidade parisiense, eram considerados uma oposição à ideia de progresso e desenvolvimento tecnológico e industrial. É nesse sentido que as políticas públicas de segurança e saúde que começaram no final do século XIX, entram em vigor na época, como aponta Nunes Machado,

> No começo do XX, começa a ser praticada a polícia médica, vista como um meio de controlar e prevenir as doenças através de vigilância do

[12] CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 40.

> comportamento e atitudes dos cidadãos e da organização e regulamentação da profissão médica.[13]

Havia então, como se pode observar, uma maior preocupação com a estética das cidades, a arquitetura e o urbanismo, em muito influenciada pelos modelos instaurados na chamada Belle Époque, período de mudanças na cidade de Paris, na França. Maria Stella Bresciani descreve esse momento como um período de acelerada urbanização das cidades, fruto da industrialização crescente que ocorria em vários países da Europa, ainda no século XIX, o que diferia dos cenários naturais de períodos anteriores, que denotavam lugares desorganizados, desprotegidos e disformes esteticamente para a nova visão urbanística.[14]

Categorias como ordenamento social, poder, disciplinarização e racionalização, elaboradas por sociólogos, geógrafos, filósofos e historiadores positivistas, foram aplicados nos projetos de reforma urbana no final do século XIX.[15]

> A aposta no poder transformador do binômio técnica + poder econômico na configuração das condições de vida urbana e molde disciplinador do cidadão seria uma das portas conceituais de entrada na "questão urbana" e elucida o uso das metáforas de monstros mecânicos para apresentar-representar a cidade moderna, industrial, como lócus privilegiado da produção e reprodução do capital.[16]

Segundo Waldecir Chagas, em sua tese de doutorado,[17] as preocupações higienistas se voltavam para diversos pontos da reestruturação das cidades, como a adoção de mecanismos eficientes que as tornassem mais seguras contra a agitação política das "camadas perigosas" e contra o alastramento destrutivo de doenças, ao passo que tornassem esteticamente mais uniformes, belas e atraentes de um ponto

---

[13] MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. **Danação da norma**: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978

[14] BRESCIANI, Maria Stella. A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, vol. 6, núm. 2, novembro, p. 11, 2004.

[15] CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004. p. 14.

[16] BRESCIANI, M. S. As faces do monstro urbano. As cidades no século XIX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, nº 8-9, 1985.

[17] CHAGAS, **As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930,** op. cit., 2004.

de vista plástico. Em 1913, um jornalista carioca sintetizou o que se esperava destes planos positivistas para o Brasil, e mais precisamente no Rio de Janeiro:

> O Brasil civilizava-se, progredia, e o Rio, principalmente. Havia até muito carioca que julgava ser o progresso da Capital da República reflexo em miniatura do desenvolvimento do país. Mas, o Rio progredia. Quem não se lembra ainda da cidade de há dez anos atrás, retalhada de vielas humanas, calçadas a lajedos fastos e paralelepípedos desiguais, sem uma árvore que não fosse apertada entre filas de casas velhas e desiguais, rendilhadas de janelinhas e de rótulas? O bondinho do Carril, que em um burrico sonolento arrastava fustigado pelo chicote do cocheiro; o famoso tilbueiro, lançando dessa forma as bases da nossa democracia; o carro de praça enlameado e sujo; a ruas estreitas e sem sol; as preças desarborizadas; as construções baixas e Alfonsinas, tudo isso desapareceu da noite para o dia, e a feição colonial da Sebastianópolis formou-se com a rapidez de um tour de foice no mais lindo aspecto dos grandes centros de civilização moderna.[18]

Como uma apologia ao progresso e sua divulgação como princípio a ser seguido, o texto citado remonta às imagens da cidade de outrora e nela aponta o cenário urbano, ora caracterizado pela ocupação irregular, ora pela democratização. A modernização e o progresso transformaram o cenário urbano, exercendo influência na relação entre os citadinos. Conforme afirma José Murilo de Carvalho, “no Rio reformado circulava o mundo belle époque fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro”.[19]

Ou seja, as elites políticas e econômicas deste Rio de Janeiro do pós-abolição e republicano esperavam vivenciar outro ritmo urbanizador e moderno, afastando-se envergonhadamente das influências coloniais e escravistas, mas sem enfrentar diretamente esses passados ainda tão presentes. Cadenciado pela velocidade dos automóveis e o brilho da luz, não havendo lugar para o bondinho puxado a tração animal que passava a circular vagamente nas ruas tortas. As elites não sentiam saudade das imagens da cidade colonial e negra, pelo contrário, lembravam de feições apenas para ressaltar o valor e a importância do progresso como fator determinante do processo de modernização e branqueamento que se vivia à época.

---

[18] A vida no Rio de Janeiro – A imprensa do Rio – 04/01/1913, p. 02 *apud* CHAGAS, **As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930**, *op. cit.*, p. 28.
[19] CARVALHO, **Os bestializados,** *op. cit*. p. 41

Logo, o ideário do progresso visto no Rio de Janeiro serviria de modelo para outras cidades brasileiras.

Nos trâmites para a efetivação desse processo de modernização, havia uma parcela da sociedade que assistia a tudo sem saber ao menos o que realmente estava acontecendo. Esse grupo de pessoas marginalizadas pelas elites, pelo Estado e seus agentes à época era considerado inapto a estar entre os vãos da modernidade, e, portanto, precisava de locais que pudessem ser alocados, excluídos. Primeiramente, os locais designados ao propósito da exclusão foram as prisões e delegacias, para onde eram levados quando rompiam as fronteiras do lícito e da ordem.

Segundo Chalhoub, o processo de urbanização, encabeçado por Pereira Passos no Rio de Janeiro, foi executado de maneira rápida e violenta, destruindo cortiços e casas, segregando a população urbana que agora se via obrigada a pagar preços exorbitantes em aluguéis no centro da cidade, a se mudar para o subúrbio, a ocupar os morros. Caso não escolhessem uma dessas opções, poderiam acabar sendo presos por vadiagem. A modernidade cobrava seu preço, mas não é difícil constatar quem pagava a conta. O autor mostra também que havia interesses conflitantes entre a pequena burguesia proprietária da cidade, que fazia sua renda por meio dos aluguéis e receava absorver grandes prejuízos com o expurgo dos excluídos da cidade, e a grande burguesia comerciante e com maior influência política, que acusava a "raia miúda" e de cor por todo atraso e pestilência da cidade. [20]

Os incêndios que assolaram os quiosques da capital durante a gestão do engenheiro Francisco Pereira Passos também demonstram que o processo de urbanização e marginalização da classe trabalhadora operava em variados níveis.[21] Suas habitações eram as causadoras das epidemias e seus locais de lazer eram antros de conflitos violentos que evidenciavam a barbárie. Tal era o discurso da classe dominante da época.

Todavia, além da prisão, havia ainda outro local possível para o alojamento destas pessoas: o "hospício". Chalhoub mostra que o Hospício Nacional foi o destino dado a Cândido Silva pelo crime de assassinato, para ser analisado por "alienistas", mesmo alegando ter cometido o crime "por estar desempregado, doente e com

[20] CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3a ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012, p. 135.
[21] Ibidem, p. 258 e 259.

fome".[22] O estudo de Cristiane Alves sobre essa instituição indica que, apesar de não poder afirmar categoricamente devido à escassez de dados, a maioria dos pacientes asilados entre 1883 e 1910 eram provenientes das classes mais pobres.[23]

A "regeneração" da cidade não era pretendida apenas ao nível dos equipamentos urbanos, mas visava alcançar os comportamentos sociais e moldá-lo segundo os ideais da modernidade aspirada.[24] A concretização desse objetivo civilizatório não será feita levando em consideração as desigualdades presentes no espaço urbano, ou seja, a classe trabalhadora será parte subalternizada do projeto, será tratada como marginal e empecilho. Aos projetos de urbanização se seguiram decretos que objetivavam limitar a circulação dessas pessoas, restringir suas formas de sustento material em áreas proibidas, como o comércio ambulante no centro da cidade.[25] Sem a possibilidade de circulação e de obter renda, a marginalização tornou-se uma consequência lógica que limitou ainda as condições de vida e sobrevivência de sujeitos que já viviam sob o peso da desigualdade racial e da condição social.

Adriana Brito Barata Cabral, em sua análise sobre as políticas de combate à Lepra em Manaus, correlaciona o crescimento urbano e populacional da cidade ao período de apogeu da economia gomífera. [26] A modernização, seguindo os preceitos da Belle Époque, se fez então escorada nos lucros da borracha e no trabalho penoso de imigrantes, especialmente do Nordeste, que afluíram aos montes para a Amazônia no período. Os símbolos do progresso incluíram construções monumentais como o Teatro Amazonas e a Biblioteca Pública, além da construção de redes de esgoto e iluminação pública, além do abastecimento de água nas áreas da cidade reservadas às elites. Sua pesquisa também apresenta os custos da modernização pagos pela população marginalizada, a qual era depositada a culpa pelas moléstias que atingiam a cidade, agora tão embelezada pelas riquezas advindas do látex.

Nesse caso, os trabalhadores imigrantes nordestinos eram identificados como os responsáveis pela proliferação da lepra, estigma que recaia sobretudo nos

---

[22] Idem.

[23] ALVES, Lourence Cristine**. O Hospício Nacional de Alienados**: Terapêutica ou higiene social? Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010. p. 86

[24] ALVES, **O Hospício Nacional de Alienados,** op. cit. p. 35

[25] Ibidem, p. 38

[26] CABRAL, Adriana Brito Barata. **De lazareto a leprosário:** políticas de combate a lepra em manaus (1921-1942). 2010. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2010. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3740. Acesso em: 25 out. 2021.p. 63.

cearenses. Um dado destoante do que foi apresentado até agora e que contrasta com a experiência dos trabalhadores no Rio de Janeiro é que, no caso manaura, os "marginais" não foram afastados das zonas centrais da cidade, antes ocuparam "cortiços de bela fachada"[27]. A autora afirma, entretanto, que as condições insalubres, apesar das "belas fachadas", eram parecidas.

Já em São Paulo, como tratou Oliveira, a mudança se deu a partir da década de 80 do século XIX, quando a cidade deixa de ser um braço do mundo rural e se torna a "metrópole do café", algo que se consolida com a ampliação da malha ferroviária.[28] Como em outras capitais, também se priorizou o alargamento das ruas e a edificação de imponentes prédios públicos, tudo feito seguindo os preceitos da Paris de Haussmann. Segundo a autora:

> Em 1899, foi criado o cargo de prefeito em São Paulo e o primeiro a ser eleito foi Antônio da Silva Prado, que aí ficaria até 1911, direcionando a modernização da capital, a remodelação dos espaços e do aparelhamento urbano. Sua gestão coincidiu com a de Rodrigues Alves, no Rio de Janeiro, que, contratou Francisco Pereira Passos para liderar as obras de modernização do distrito federal. Os princípios que norteariam a modernização de ambas as capitais seriam o embelezamento, a limpeza e a racionalização de espaços.[29]

A cidade de Recife não fugiu à regra, seguindo os indicativos da modernização, alargando suas ruas, embelezando suas casas e marginalizando a classe trabalhadora no processo, como diz Neves:

> Disciplinar as classes populares como um todo significava controlar a criminalidade no entender das elites. Desta forma, atividades que estivessem associadas ao "não trabalho" eram alvo da polícia recifense caracterizando assim um combate à figura do vadio. Era acusado de vadiagem todo aquele cidadão, em geral preto e pobre, que não possuísse bens materiais e que

[27] CABRAL, op. cit., p. 65.
[28] OLIVEIRA, Milena Fernandes. IX CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 2013, São Paulo. **O "ESPAÇO" DO COMÉRCIO NA SÃO PAULO DA BELLE ÉPOQUE (1890- 1915)**. São Paulo: Unicamp, 2013. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/milena-fernandes-de-oliveira.pdf. Acesso em: 25 set. 2021. p.4.
[29] OLIVEIRA, op. cit., p. 5.

> tirasse o seu sustento de atividades não regulares, como gasoseiros, engraxates entre outros que não possuíam emprego fixo.[30]

É evidente que o processo de modernização característico desse período apresentou particularidades em diferentes capitais, por questões socioeconômicas, políticas, geográficas, culturais, dentre outros motivos. Entretanto, é visível que esse mesmo processo seguiu preceitos muito parecidos, principalmente no que diz respeito à marginalização da população menos favorecida e oriunda da ordem colonial e escravista que se queria superar sem, contudo, enfrentar seus gargalos. A questão da segurança, empunhada como pauta crucial, possuía a pretensão de segregar e limitar a circulação dessas pessoas nesses "novos" espaços urbanos. A ideia de isolar quem era apontado como louco consistia em garantir sua segurança, da família e da sociedade, além de libertá-lo de influências externas, que nem sempre foram prerrogativas que atingiram a todos os doentes, a partir da construção dos hospícios.

[30] NEVES, Marcos Alessandro. Higienismo e ações de remodelamento urbano no Recife (1900-1929). **Revista Cadernos do Ceom**, [S.L.], v. 31, n. 48, p. 50, 4 jun. 2018. Cadernos do CEOM. http://dx.doi.org/10.22562/2018.48.05. Disponível em: https://doi.org/10.22562/2018.48.05. Acesso em: 25 set. 2021., p. 52.

CAPÍTULO 2
TERESINA NO FINAL DO SÉCULO XIX: ENSEJOS DE MODERNIZAÇÃO DE UMA CIDADE PACATA

Em meados dos anos de 1850 – sob ordem da resolução nº. 315, de 21 de julho de 1852, –, no berço do rio Parnaíba, vinha ao mundo a segunda cidade planejada do Brasil. Nascia Teresina, a capital que viria ser preconizada com modernidade à luz das belas ruas das cidades europeias, com sonhos que se baseavam na tão sonhada cidade de Paris.

Acerca de Oeiras, antiga capital da capitania e província do Piauí, o ouvidor Antônio Maria de Morais Durão disse, ainda em 1772:

> Não tem relógio, casas de Câmara, cadeia, açougue, ferreiro ou outra nenhuma oficina pública. Servem de Câmara uma das casas térreas de barro e sobre que ocorre litígio. A cadeia é cousa indigníssima sendo necessário estarem os presos em troncos e ferro, para segurança. A casa do açougue é alugada e demais cousa alguma. As casas da cidade todas são térreas até o próprio palácio do Governo. Tem uma rua inteira, outra de uma só face e metade de outra. Tudo o mais são nomes supostos; o de cidade verdadeiramente só goza o nome.[31]

Com base no excerto, é possível notar que, desde o final do período colonial, havia um descontentamento com relação a Oeiras e sua difícil localização, o que dificultava muito a comunicação e o transporte entre as regiões mais afastadas. Segundo Gustavo Vilhena, em sua tese de doutorado, "circulava entre os governantes a ideia de transferir a estrutura burocrática da administração que estava localizada na cidade de Oeiras desde o ano de fundação da Capitania de São José do Piauí, em 1759."[32] Foi, portanto, esse projeto ousado e de difícil execução a principal meta de Antônio Saraiva para seu governo na província, além do que lhe serviu como plataforma de lançamento na política imperial.

---

[31] BRANDÃO, T. M. P. **A elite colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995. p. 40.

[32] VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. **Os fazedores de cidade: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852).** Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2016.

Teresinha Queiroz, em sua obra, também destaca que:

> A mudança da capital de Oeiras para Teresina e o incremento da navegação a vapor eram condições tidas como fundamentais pelos homens públicos para o desenvolvimento da Província e a independência do seu comércio em relação ao do Maranhão. Essas medidas deveriam ser complementadas com a abertura de estradas de rodagem ligando as regiões produtoras aos portos fluviais. Esse projeto, lentamente elaborado ao longo de várias décadas, só veio a afirmar-se no início do século XX, com as alterações conjunturais advindas do extrativismo. De uma maneira geral, é possível afirmar que, durante a segunda metade do século XIX, as tentativas públicas visavam a romper o isolamento da Província, integrando-a ao espaço regional e que, neste século, a expansão pretendida abarca o mundo capitalista. Ao mesmo tempo, no plano interno, são feitas diversas tentativas de regulamentação das atividades produtivas e disciplinas e a interferência do Estado em vários setores. Estão, neste último caso, a obrigatoriedade do registro de propriedade dos particulares e as tentativas de demarcação das terras devolutas do Estado.[33]

Ou seja, pode-se dizer que a transferência da capital da Província do Piauí de Oeiras (primeira capital) para a Vila Nova do Poti, em 1852, foi uma tentativa do governador José Antônio Saraiva (1850-1853) de romper com as dificuldades de comunicação do Piauí com as demais províncias brasileiras e diminuir sua dependência econômica em relação ao Maranhão. Isto é, visava colocar a província mais próxima do mundo, uma vez que o novo centro de poder seria fincado às margens do rio Parnaíba, caminhos de águas que banham grande parte do território mafrense.[34]

Em uma tentativa de menear um melhor cenário econômico e social em toda a província, José Antônio Saraiva assim transferiu, em 1852, a capital de Oeiras para Teresina com o pensamento de que a sua escolha da transferência da capital para a Vila Nova do Poti traria uma proximidade maior com os centros civilizados do Império,

---

[33] QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a república: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 17.

[34]NASCIMENTO, F. A. Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza. IN.: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 21, 2011, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUH, 1994, p. 1-15. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300477414_ARQUIVO_Teresinamodernaanpuh2011.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

rendendo benefícios pelo estreitamento das conexões políticas e econômicas, como explicita em seu trabalho, o autor Gercinair Silvério Gandara, ao dizer que:

> Sabe-se que a apresentação de uma obra de tamanha envergadura como superação das contradições do passado reforçava as causas a muito defendidas e contribuiria para o progresso da renovação. A solução radical da criação ofereceria muitos atrativos. Resultaria aí, talvez, um modelo de cidade que privilegiava a comunicação, que abraçava valores tradicionais e que aspirava à reintegração o Estado. Este presidente sabia que um resultado destes só poderia ser obtido mediante uma organização aprimorada, um esforço maciço concentrado no objetivo a ser atingido, uma energia individual e coletiva constante.[35]

Porém, embora com propostas de construção de uma cidade modernizada e aberta aos polos civilizados e cosmopolitas do país, essas condições foram constituídas um tanto tarde quando comparadas às de outras cidades brasileiras. Isso porque o povoamento luso-brasileiro do Piauí só se deu a partir do século XVII, com a construção de fazendas de gado.[36]

Autores como Odilon Nunes,[37] Terezinha Queiroz[38] e Tânia Maria Brandão[39] nos mostram em suas obras que o grande potencial econômico do Piauí até meados do Oitocentos ainda se concentrava na agropecuária, atividade fortemente impactada pelas condições climáticas extremas da região e pelo baixo incremento técnico. De todo modo, a vastidão sertaneja, com grandes áreas de pasto, favorecia o desenvolvimento desse tipo de atividade. Com uma vida econômica fortemente centrada na pecuária, o movimento demográfico do Piauí, desde os tempos coloniais, tendeu mesmo a uma grande dispersão, o que, em meados do século XIX, à época

---

[35] GANDARA, Gercinair Silvério. Teresina: a capital sonhada do Brasil oitocentista. **História (São Paulo)** [online], v. 30, n. 1, p. 90-113, 2011.

[36] LIMA, Nilsângela Cardoso. **Páginas da História do Piauí colonial e provincial**. Teresina: Edufpi, 2020.

[37] NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. v. 1. Teresina: FUNDAPI, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2007, p. 155.

[38] QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006, p. 19.

[39] BRANDÂO, Tanya Maria Pires**. O escravo na formação social do Piauí: Perspectiva histórica do século XVIII**. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999; BRANDÃO, Tanya Maria Pires. A elite colonial piauiense. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

da mudança da capital, dificultou sobremaneira os planos governativos de fomento à vida citadina, comercial e moderna em Teresina.

A nova capital do Piauí teve seu marco geográfico instalado na região da chapada do Corisco, que, antes de ser nomeada Teresina, se chamava Vila Nova do Poti. Era uma zona já habitada por moradores que, em sua maioria, eram trabalhadores em fazendas de gado, como nas outras regiões da província; típica cidade rural e sertaneja, com uma paisagem acentuadamente dominada pelos símbolos principais de sua vida social agrária e pela interação com a natureza. Esses sinais são capturados pelo olhar de alguns moradores e visitantes. Nada mais distante dos ideais cosmopolitas da cidade industrial europeia que, ao menos em tese, havia se desprendido dos tempos e ritmos naturais.[40]

Mesmo que "entre os habitantes potienses, a possibilidade de terem não somente uma nova sede municipal, mas abrigarem a capital administrativa da Província superasse as melhores expectativas"[41], e sob a expectativa do crescimento do comércio por meio das vias do porto do rio Parnaíba com a navegação a vapor, Teresina ainda se manteve por muito tempo ares de cidade pacata e interiorana, com uma população dispersa e que tinha preferência por viver uma vida menos suntuosa, afastada das transformações urbanas e culturais propostas pela Belle Époque.

Seja como for, Queiroz destacou o progressivo crescimento demográfico de Teresina, enquanto que nas demais sub-regiões do Piauí ainda permanecia um quadro de rarefação demográfica, emigração e nenhuma imigração estrangeira, de acordo.[42] Na maior parte da província, a densidade populacional mantinha o ritmo já definido pela economia pecuária colonial, marcada pela grande dispersão. Tudo isso comprometia o projeto modernizador de Teresina no que se referia à organização espacial das poucas vilas ao seu redor, fundadas nas primeiras décadas do século XVIII. Essas vilas não concretizavam a ideia de criação de centros urbanísticos, pelo contrário, eram pobres, com pouco dinamismo urbano e econômico e parca vida

---

[40] NASCIMENTO, Francisco Alcides. XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. **TERESINA, A CAPITAL QUE NASCEU SOB O SIGNO DO MODERNO E DA POBREZA.** São Paulo: Anpuh, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300477414_ARQUIVO_Teresinamodernaanpuh2011.pdf. Acesso em: 25 set. 2021.

[41] VILHENA, **Os fazedores de cidade: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852),** *op. cit.*, p. 34.

[42] QUEIROZ, op. cit., p. 19

cultural, o que dificultava a visão dessas vilas como locais de atração de novos habitantes.

Segundo Tânia M. Pires Brandão, "*eles se encontravam isolados pela distância, pelas dificuldades de acesso e por não disporem de uma população fixa*",[43] fazendo com que não apenas surgissem dificuldades no âmbito comercial e social moderno, mas também nas tentativas de implementação de novos moldes político-administrativos que pudessem alavancar os serviços mais característicos de centros urbanos, que, já durante o século XIX nas cidades europeias, eram vislumbrados com grandiosidade. Como dito por Maria Stella Martins Bresciani, o pensamento das cidades europeias era "proporcionado no campo da arquitetura, pelas máquinas, fábricas, lojas, armazéns, viadutos, usinas geradoras de gás, asilos de loucos, prisões, estações ferroviárias. túneis e a monótona uniformidade das extensas séries de casas construídas paras os trabalhadores; [...]".[44] O que, inclusive, não foi pensado apenas nas cidades europeias. Muitas cidades brasileiras também passaram a incorporar, em diferentes momentos, uma tentativa de modernização da sua sociedade e consequentemente do seu plano espacial.

Planejando ter resultados como as províncias vizinhas, a capital do Piauí buscava, apesar dos muitos obstáculos provenientes dos costumes rurais, após sua efetiva fundação, o movimento de mudança constante. Começava a ser construída sob o traçado de uma planta em xadrez e ruas retilíneas. Tudo isso para que as pessoas e mercadorias pudessem circular de forma mais facilitada, permitindo a visualização de uma cidade de cunho urbano. Aqui, pode-se inferir que estava presente o olhar mais ampliado do poder, com o ensejo de incorporar as novas normas de higiene, tendo em vista a facilidade da movimentação e da efetivação de questões como essa no plano urbanístico desenvolvido para a capital.[45] Enfatizado ainda por Maria Stella M. Bresciani:

> Expressa bem essa modernidade imposta pela burguesia às antigas cidades europeias [e por extensão as do Brasil], o traçado em perspectiva das longas avenidas abertas por Hausmann em Paris, na década de 1850: de um lado

[43] BRANDÃO, T. P. **A elite colonial piauiense**: família e poder. 2. ed. Recife: UFPE, 2012, p. 72.
[44] BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrópoles: as faces do monstro urbano. As cidades do século XIX. **Revista Brasileira de História**, v. 5, n. 8-9, p. 42, set. 1984 a abr. 1985.
[45] ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza**: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina: EDUFPI, 2010.

> assegurar o fluxo de homens, mercadorias, transportes e, e não esqueçamos, do exército.[46]

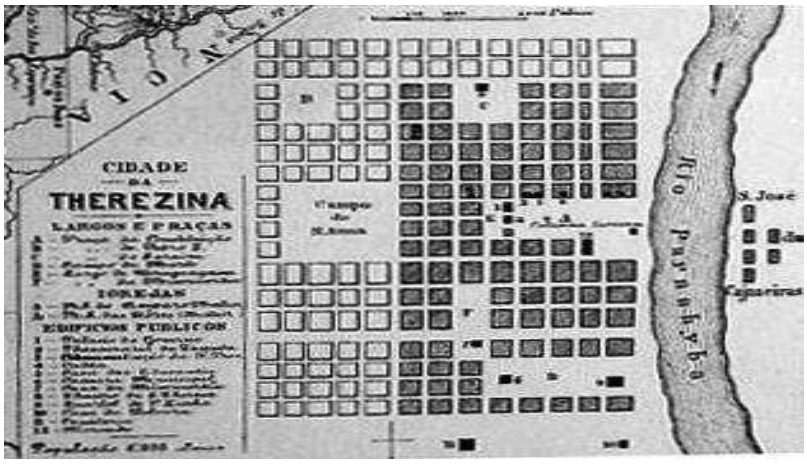
Ou seja, "diante da especificidade de uma cidade planejada, nascida de uma ideia, e que desde os seus começos carregou o fardo de perseguir uma imagem ambígua atravessada ora pela expectativa, ora pela temeridade"[47], como sabiamente nos remonta Vilhena, surge o grande desafio de construir sobre um espaço predominantemente rural uma cidade pronta para suprir os interesses políticos, socioeconômicos e sociais que preconizavam seus idealizadores.

Porém, aqui cabe o questionamento de como a sociedade receberia essas nuances da modernidade, principalmente aquela parcela que estava acostumada com a vida pacata das vilas mais afastadas, dos próprios moradores da região da Vila do Poti, os moradores de Oeiras que se mudaram e os demais, imigrantes da nova sede de governo, e promissora, segundo seus idealizadores, José Antônio Saraiva e Zacarias de Góis, cidade modernizada.

2.1 O sonho de uma cidade planejada: Paris de Barão Haussmann brasileira ou uma expectativa frustrada?

Abaixo segue a planta do que os governantes da época, principalmente o conselheiro José Antônio Saraiva – responsável pela mudança da capital de Oeiras para Teresina – almejavam para a modernização da cidade:

Imagem 1 – Planta da Cidade de Teresina – 1852[48]



[46] BRESCIANI, op. cit., 1985, p. 44.
[47] VILHENA, op. cit., p. 200.
[48] Foto retirada do acervo do IPHAN – PI.

Enquanto o Barão de Haussmann transformava Paris em uma cidade moderna para uma civilização urbana,[49] a cidade de Teresina estava sendo construída para abrigar a capital da Província do Piauí e, para além disso, tinha como missão extinguir a imagem deixada pela antiga capital. Havia o desejo de civilização: o sertão, a vida rural, a rotina, a indisciplina, a criminalidade e a incivilidade – elementos largamente presentes na representação de Oeiras – deveriam ser soterrados na poeira do tempo com o advento das promessas de futuro condensadas na nova capital.

Porém, se faz importante observar que, apesar de todos os esforços para uma estruturação de modernidade com viés citadino, Teresina, até o começo do século XX, ainda permanecia com aquele semblante característico das cidades coloniais. Pouco habitada, com suas ruas estreitas e sem pavimentação e a onipresença dos animais que dividiam e não raro disputavam o espaço com os humanos, e ruas sem calçamento tomadas pela poeira ou pela lama. O pouco asseio e higiene dos espaços públicos também prejudicava a expectativa de uma paisagem moderna, urbana e saudável. De todo modo, o conselheiro Saraiva acreditava no potencial da nova urbe. Dispunha que à época:

> "[...] goza a capital do grande benefício da facilidade de suas relações políticas e comerciais com a Corte e todos os centros de civilização do Império [...].[50]

De acordo com o pesquisador Francisco Alcides, o que se pode observar é que havia grandes ambições quanto à modernização trazida pela nova sede administrativa, entretanto, muito pouco realmente saiu do papel.

> Os legisladores, logo na segunda década do nascimento da cidade, já demonstravam preocupação com o tipo de habitação que cercava o núcleo central da cidade. O olhar dos dirigentes municipais, dos intelectuais, dos cronistas e visitantes para as "casas de palha" era o olhar de censura, de medo. A maioria dos moradores daquelas habitações era pobre e tudo indica

---

[49] EKSTEINS, Modris. **A sagração da primavera**: a grande guerra e o nascimento da era moderna. Tradução de Rosaura Eichenberg. Rio de Janeiro: Rocco, 1991; BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar:** a aventura da modernidade. Tradução de Carlos Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 143.

[50]NASCIMENTO, op. cit., p. 02.

> que esses construtores de opiniões conheciam os discursos construídos no Ocidente que colocavam os pobres como "classes perigosas". Por essa ótica, a movimentação das classes populares é percebida como um risco a uma hierarquia socialmente instituída.[51]

A cidade, no começo do século XX, continuava com uma população ainda acentuadamente voltada às dinâmicas de uma economia agrária, suas construções eram acanhadas e miseráveis: "As residências nobres e os prédios oficiais opulentos e sólidos davam a dimensão do contraste com as casas dos moradores pobres."[52] Ao contrário do que esperava o Conselheiro Saraiva, Teresina denotava certo ar de frustração no tocante ao insucesso geral de seu planejamento urbano inicial, cujos resultados práticos a distanciavam da almejada cidade moderna. Não havia calçamentos nas ruas e os equipamentos urbanas típicos como água tratada e canalizada, transporte público e luz elétrica eram apenas um sonho distante:

> O mercado público, onde todos os dias se reúnem centenas de pessoas, é um foco de infecção. Seu ladrilho nunca foi lavado, suas paredes raramente caiadas, e os quartos destinados aos talhos são verdadeiras espeluncas; de sorte que dali se exhala constantemente um cheiro abominável e mephílitico, devido à penetração das carnes danificadas e a falta absoluta de aceio do edifício.[53]

Por meio do trecho acima, retirado do jornal *A legalidade*, matéria de primeira página, se faz possível observar que, apesar de passados 30 anos da fundação da nova capital, as ideias de uma cidade planejada para ser moderna e civilizada encontravam-se distantes. O mercado público, criado para facilitar a vida comercial da cidade, possuía ainda hábitos que passavam longe da idealização dos governantes.

Segundo Carl E. Schorske, nos últimos cem anos, o "moderno" serve para nos diferenciar de tudo o que nos precedeu. A existência de uma nova arquitetura, uma nova música, uma nova filosofia de vida, um novo imaginário social e econômico, uma

---

[51] NASCIMENTO, op.cit., p. 02.

[52] ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios**: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1993. p. 82.

[53] "SERVA TE ÍPSUMA". **A Legalidade**, Theresina, Ano I, n. 34, 27 ago. 1892, p. 1-2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/844144/129. Acesso em: 22 set. 2021

nova ciência, todos estes com um viés modernista, não se definindo a partir do passado, mas sim em total independência deste.[54] Embora Teresina não esteja no rol de cidades a qual o autor se refere, esta pode ser relacionada. Distante de alcançar esses objetivos e regramentos da cidade modernista e higienista, Teresina não diferia de outras capitais do Brasil, como por exemplo a capital da Bahia.

> Nos quarenta anos de República, a cidade de Salvador permaneceu sem um serviço eficiente de esgoto, faltava à população um serviço regular de abastecimento de água, como também saneamento das ruas, que eram calçadas ou não tinham qualquer calçamento; a iluminação pública era por demais precária.[55]

As pretensões modernizadoras existiam, embora ainda muito se faltasse para que essas mudanças fossem realmente concretizadas. A própria elite política e intelectual da época não se demorou a construir um discurso de modernização[56] para a capital que substituiu a antiga Oeiras. A cidade, que foi planejada para substituir de todas as formas os trâmites antes efetivados em Oeiras, foi marcada por diversos discursos que denotavam a ideia de progresso e modernidade.[57]

Com o advento da República em 1889, estimava-se muito pelos pilares de modernidade conceituados em Paris, cidade francesa. Não apenas no Piauí, mas em todo território brasileiro se criava uma expectativa sobre os ares modernos que viriam juntamente com o novo regime político. Foi com o governo de Campos Sales (1898-1902) e a sua reforma federalista que as cidades brasileiras se viram em uma realidade mais estável economicamente e consequentemente uma elite modernista nas principais cidades realmente começou a se formar. Percorrendo o começo do século XX até a Semana de Arte Moderna de 1922, esse período foi marcado pelo recorrente esforço dessas elites letradas e citadinas de se modernizarem perante o

---

[54] SCHORSKE, Carl E. **Viena fin-de-siècle**: política e cultura. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 13.

[55] UZEDA, Jorge Almeida. **A morte vigiada**: a cidade de Salvador e a prática da medicina urbana (1890-930). Salvador: EDUFBA, [s.d]. p. 100.

[56] ARAÚJO, **Cotidiano e Pobreza**, *op. cit*.; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996; QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República**: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 65.

[57] A chegada do primeiro vapor, o "Uruçuí", ao porto de Teresina em 1858, a inauguração do Telégrafo em 5 de novembro de 1884, a inauguração do serviço de abastecimento de água em 1906, a chegada do telefone no ano de 1907 e a iluminação elétrica em 1915.

mundo e com inspirações principalmente francesas. Porém, a elite piauiense ainda lutava pelo prelúdio de realizações básicas, como saneamento e serviços de telégrafos.

Apenas em 1906, Teresina inaugurou o serviço de abastecimento de água, sobre o qual Clodoaldo Freitas, autor do livro História de Teresina e fundador da companhia de Letras Piauiense, não se fez de rogado em demonstrar sua satisfação:

> A cidade é abastecida pelo rio Parnaíba, que fica, no inverno, com suas águas toldadas, como acontece com todos os rios de grande curso [...] O magnífico serviço de encanamento das águas corrigiu o mal da antiga condução das águas para os domicílios em encaretas, serviço efetivamente repugnante.[58]

Porém, esse foi um serviço que alcançou um número muito pequeno de habitantes da cidade,[59] deixando de fora a grande maioria que vivia em lugares mais afastados do centro da capital, ou seja, apenas aquelas pessoas que usufruíam de um bom poder aquisitivo puderam experienciar esse sonho da modernidade, ficando os mais pobres à margem das mudanças efetivas da cidade.

Além do que foi exposto sobre a infraestrutura desejada e a constituída efetivamente na cidade, entre o final século XIX e começo do século XX, neste capítulo, entendemos que, no conjunto de um processo espelhado na Europa tanto para a modernização quanto para o crescimento urbano, exigia-se também mudanças no comportamento dos habitantes, manifesto tanto em seus cotidianos privados quanto nos espaços públicos. Assim, como recorda Nobert Elias, o processo de civilizador nos quadros da modernidade foi lento e baseado no patrulhamento dos comportamentos individuais, cujo desdobramento levou a um conjunto de normas de conduta em várias esferas sociais. Essas normas, inclusive, foram sendo disseminadas pelos “manuais de civilidade”, afirma o sociólogo. A disseminação dos novos padrões na sociedade é o que fazia com que se constituísse um dito comportamento “civilizado” baseado na autocontenção.[60]

---

[58] FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988. p. 18.

[59] QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920**. Teresina: EDUFPI, 1994.

[60] ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 87.

Se faz necessário apontar que Teresina tinha exatamente esse desafio, o de disciplinar sua população para que ela se tornasse civilizada, aos moldes das grandes metrópoles. Cada vez mais era inserido na cidade o discurso de que hábitos mais civilizados deveriam ser inseridos o quanto antes em vista de que muitos dos seus habitantes ainda se apresentavam distantes dos padrões sonhados para uma capital civilizada, na ótica da elite intelectual e governamental teresinense. A ideia era criar um imaginário social no qual pessoas pudessem congregar espaços e regras promotoras das posturas desejadas.

Esse projeto seguia uma agenda urbano-civilizatória presente no Brasil desde meados do século XIX no que concernia à formação de uma nova nação com a transformação do espaço urbano e das formas de se adequar as propostas maiores dessa política à vida dos indivíduos em completa harmonia com esses objetivos, como aponta Márcia Castelo Branco, que diz:

> [...] a cidade convivia em suas ruas com personagens caracterizados pela simplicidade, como artesãos, sapateiros, carregadores de produtos nos lombos de animais, lavadeiras, os pobres e inválidos que suplicavam ajuda. As casas de palhas no meio das poucas edificações de alvenaria, que foram erguidas em Teresina, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, o palácio do Governo, alguns prédios em que funcionavam as repartições públicas e algumas casas residenciais constituíam o outro conjunto da cidade. [61]

Essas e outras questões faziam com que Teresina ainda ficasse muito distante dos sonhos e planos modernistas que lhes eram impostos. Parte disso se dava ao fato de que enquanto uma pequena parcela da sociedade tentava angariar bons frutos da modernização, a maior parte da população da então capital vivia em situação de miséria. A pobreza na cidade era extrema e a quantidade de imigrantes rondando pelas ruas também era um fator primordial para o não alcance dos quereres da elite intelectual e governamental da cidade. Ainda que houvesse todo um planejamento para a estrutura da cidade, os recursos materiais eram escassos e impunham limites intransponíveis à execução do planejamento urbano. Junto das questões urbanísticas,

[61] SANTANA, Márcia Castelo Branco. **Asilo de alienados de Teresina: história da assistência e da institucionalização dos loucos[as] no Piauí (18801 a 1920)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017, p. 30.

sociais e econômicas, ainda se fazia presente a questão da saúde dessas pessoas. Muitas eram aquelas que viviam a vagar pelas ruas em busca da sua sobrevivência. Com o alto nível de desemprego na virada do século XIX para o século XX, muitas delas sem a mínima condição de viver sob uma cidade remodelada, sem recursos governamentais que as fizessem sentir-se parte daquela sociabilidade urbana.

CAPÍTULO 3
CARIDADE MEÂNDRICA: ASSISTÊNCIA AOS CORPOS DITOS LOUCOS OU SEGREGAÇÃO DE GRUPOS MARGINALIZADOS?

Teresina, anos finais do século XIX. A população chegava dos interiores, e o nível de estrutura da cidade em termos de crescimento físico não acompanhava o crescimento. Segundo Maria Mafalda B. Araújo,[62] partia daí sérios temores por parte da imprensa e das autoridades locais que não viam esse crescimento desordenado com bons olhos. Isso porque a maior parte da população continuava com hábitos rurais que não condiziam com o desejo de modernidade dos governantes. Ou seja, havia a necessidade de "transformar antigos hábitos em padrões sociais relacionados a um modo "civilizado de ser"[63], embora fosse difícil. Pois, de acordo com Márcia Castelo Branco, em sua tese de doutorado, além das obras na cidade, era uma exigência também a adequação aos comportamentos padronizadas pelo modo de vida europeu.

Ao início do século XX, Teresina contava com uma população de 45.136 habitantes e, de acordo com Amanda Cavalcante, "os jornais da época eram claros ao apontar com indignação os mais variados problemas urbanos e a pouca presença governamental para enfrentá-los." [64] Nesse viés, a autora cita um excerto do jornal *O Estado*, que já no ano de 1912 declarava repúdio pela situação instaurada na cidade:

> É profundamente contristador o abandono em que se vão as cousas publicas nesta desolada capital. O governo, que não se interessa pelo bem público, deixa que se arruíne as obras de maior utilidade, por falta de simples reparos, pouco dispendiosos. As rampas e taluds do nosso formoso Parnahyba estão em deplorável ruína e dentro em pouco tempo desapparecerão completamente por causa da proverbial incúria do governo, que só tem

[62] ARAÚJO, **Cotidiano e Pobreza**, *op. cit.*.

[63] SANTANA, Márcia Castelo Branco. **Asilo de alienados de Teresina:** história da assistência e da institucionalização dos loucos[as] no Piauí (18801 a 1920). 2017. Dissertação (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27551?mode=full. Acesso em: 10 abr. 2021. p. 29

[64] MOREIRA, Amanda Cavalcante. ENANPUR, 17., 2019 São Paulo. **Os códigos de posturas e as práticas urbanísticas no início do século XX em Teresina.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em:http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%207/ST%207.9/ST%207.9-13.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.

> economia para zelar serviços importantes com este e que tanto nos custaram em tempos idos. [...] O mercado sujo, com talhos nauseantes, é outro prédio que devia merecer a attenção do governo municipal tão vigilante e enérgico na arrecadação dos impossíveis impostos, que são a pagina mais triste e vergonhosa da história desta olygarchya e que um dia teremos de escrever com franqueza, com todos os documentos, com toda lealdade.[65]

Algumas poucas mudanças quanto ao desenvolvimento da cidade com um viés mais sanitário e urbanístico se deram partir do ano de 1860, quando surgia a então Santa Casa de Misericórdia de Teresina, que assumiu a administração do Hospital de Caridade; além disso, com melhorias da administração e cuidado com a Cadeia Pública, e, em 1867, com a aprovação das posturas da Câmara Municipal da capital. Os artigos presentes no Código de Postura de 1867 já apontavam as preocupações em forma de Lei, e seu cumprimento ou multa para o descumprimento, ou como os habitantes da cidade deveriam proceder. Era notória, por exemplo, a não permissão de edificações ou reedificação de casas de palha dentro dos limites da décima urbana, bem como ruas sujas, a limpeza de terrenos não edificados e a pintura das casas com a cal no seu exterior.

Voltando às últimas duas décadas do século XIX, é importante mencionar que as manifestações no sentido de que as mudanças acima mencionadas se concretizassem tiveram forma nas reclamações, por parte de diferentes agentes públicos, sobre a higiene da cidade e de seus logradouros, como bem expressou o inspetor da higiene pública, Sr. Raimundo Arêa Leão:

> Tenho constantemente visitado os armazéns de molhados, quitandas, matadouros e mercado público, fazendo manter ali o aceio necessário, e inutilizando os gêneros completamente deteriorados.
> Infelizmente o estado precário das finanças da Província, tem obstado a que se realisem alguns melhoramentos de summa importância como era para se desejar.
> Não temos um matadouro público, pois o que existe não merece aquelle nome. O gado é abatido no campo em frente ao curral contra todos os preceitos de uma boa hygiene [...]

[65] DE RELANCE. O estado. Therezina, Piauhy, 6 de novembro de 1902 apud. MOREIRA, Amanda Cavalcante. ENANPUR, 17., 2019 São Paulo. **Os códigos de posturas e as práticas urbanísticas no início do século XX em Teresina.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019. p.

> Não temos um sistema apropriado de limpeza e saneamento das praças, largos, ruas, edifícios públicos e particulares desta capital, pois o que actualmente se está fazendo, por ordem da câmara municipal além de insuficiente, está senso malissimamente executado com prejuízo do dinheiro público e da boa hygiene desta capital [...]. As praças e ruas desta capital ainda não estão calçadas nem tampouco arborizadas convenientemente, o que concorreria não só para seo embelezamento como para o melhoramento do Estado Sanitário.[66]

No trecho acima, é possível entender que o médico e inspetor de saúde deixava claro qual seria o padrão esperado das condições sanitárias para espaços importantes em Teresina. Essa interferência sanitária se entrelaçava com a ideia de higiene, bem como também da eliminação de focos de doenças e um processo de vida mais civilizada, com uma cidade organizada com base em um modelo higiênico formulado naquele período para muitas cidades brasileiras.

Teresina passou por diversas transformações qualitativas, e, segundo Queiroz, isso tornava importante a compreensão das pretensões modernizadoras para o espaço da cidade, pois, de acordo com a autora, "[...] as pretensões de modernização e de alteração na estrutura urbana ainda não passavam de projetos que só puderam tornar-se factíveis a partir do momento em que a integração comercial do Estado aconteceu".[67] A partir daí é que se pode perceber que, aos poucos, Teresina ia tomando uma feição de estruturação mais urbanizada.

3.1 A despadronização da sociedade em meio a ideia de progresso das elites teresinenses

Em meio a tantas novidades e a ideia de progresso que era fortemente explorada em todo país no período que sucedeu a fundação de Teresina, a elite local se via em meio a novas adaptações. Com o código de condutas de 1867 já defasado, em 1905 surgia então um novo código com mais proposições a serem seguidas.

De acordo com algumas de suas normas, ficava evidente a tentativa de estabelecimento de um controle social sobre as populações pobres e de cor, estando

---

[66] INSPETÓRIA DA SAÚDE PÚBLICA. **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província do Piauí**, Francisco José Viveiros de Castro, pelo Inspetor da Higiene Pública, Dr. Raimundo de Arêa Leão. Teresina, 20 abr. 1888. Item: Visitas Sanitárias, p. 6-7.

[67] QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 23.

clara a intenção de direcionar os costumes para práticas consideradas civilizadas, principalmente quando se tratava do espaço público, ao proibirem gritarias, batuques e demais barulhos que interrompessem o sossego. Outras regras também foram estabelecidas, como pode-se ver nos artigos que se segue:

> Art. 101. É proibido sob pena de dez mil réis de multa:
> §1º Proferir nas ruas e lugares públicos palavras obscenas;
> §2º Escrever ou desenhar nos muros e paredes dos edifícios palavras ou figuras imorais ou obscenas;
> §3º Distribuir jornais ou qualquer impresso e gravuras de desenhos ofensivos à moral e à decência;
> §4º Praticar em público atos ou gestos reputados imorais e indecentes;
> §5º Andar em público em completa nudez ou com trajes indecentes;
> §6º Tomar banhos nos portos e fontes públicas ou despidos na margem do rio Parnaíba, dentro dos limites da zona urbana, das seis horas da manhã às seis da noite.[68]

Ou seja, as primeiras décadas do século XX foram marcadas por diversas tentativas de patrulhamento social da população da cidade, algumas assertivas, embora ainda pudessem ser vistos comportamentos que remontassem ao período imperial, de acordo com o excerto de Pedro Pio:

> A cidade de Teresina dos anos de 1900 é aquela cuja população se aglomera nos bancos da Igreja, para festejar a padroeira da cidade, Nossa Senhora do Amparo. É a cidade que ainda não conhecia luz elétrica e as pessoas tinham o seu percurso iluminado pelos lampiões. Àquela época era comum a figura do acendedor de lampiões que corria pelas ruas da cidade carregando ao ombro sua escadinha. É uma cidade cujas imagens são pintadas pelo olhar dos literatos, que vivem, experimentam e sentem a cidade em meio aos seus diferentes ritmos e alcances da modernização.[69]

---

[68] TERESINA. Diário oficial de Teresina: **Código de Posturas**. Lei n. 69, 02 set. de 1905. p. 02 (Arquivo Público Anísio Teixeira - Teresina)

[69] FONTINELES FILHO, Pedro Pio. XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **AS ESCRITAS DE CLIO: LITERATURA E MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE TERESINA, NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**. Fortaleza: Anpuh, 2009. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/201901/1548772192_36d0058b99cfa960ff1bf7d815852484.pdf. Acesso em: 21 out. 2021

A modernização em Teresina despertava um vasto leque de discursos que transitam entre a admiração e o medo. Ao passo em que se modelavam falas e projetos de uma cidade inserida no que já era possível ver nos projetos modernizadores, percebe-se a nítida presença de hábitos de uma parte da população, ainda, muito ligada a momentos anteriores. No ano de 1907 foi criada a primeira empresa de telefonia de Teresina e também o Asilo de Alienados. No entanto, essas criações modernas nem sempre eram bem-sucedidas, na medida em que alguns desses empreendimentos foram construídos anos depois de sua idealização e muitas vezes de forma distinta do pensamento primário de sua realização, isso se dava, inúmeras vezes, por falta de recursos.

Autores como Márcia Castelo Branco,[70] Francisco Alcides Nascimento,[71] Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz,[72] e Maria Mafalda B. de Araújo[73] discorrem sobre as principais nuances dos primeiros anos da República, com suas mudanças e permanências. Baldoino, em sua tese nomeada "Cotidiano e Pobreza: A magia da sobrevivência em Teresina", discorreu sobre como nem toda a população usufruía dos serviços prestados à sociedade, sendo considerado um número reduzido daqueles que tinham condições econômicas de pagar por eles.

> [...] a maioria da população constituía-se de ex-escravos, migrantes, homens livres e pobres, que estavam à margem do comércio, vivendo em áreas insalubres da cidade, no desconforto, na doença, na imundice e na promiscuidade. Teresina, nas últimas décadas do século XIX, foi palco de encenações de uma massa de migrantes nordestinos fugidos da seca. Como efeito, logo foi criada uma política de afastamento desses migrantes do centro da Capital, iniciativa dos grandes proprietários de terra, com o apoio do Governo.[74]

---

[70] SANTANA, Márcia Castelo Branco**. Asilo de alienados de Teresina: história da assistência e da institucionalização dos loucos[as] no Piauí (18801 a 1920**). 2017. Dissertação (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27551?mode=full. Acesso em: 10 ago 2021.

[71] NASCIMENTO, F. A. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina, Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

[72] QUEIROZ, T. de J. M. **Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

[73] ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. **Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina**. Teresina- Piaui; Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

[74] ARAÚJO, Ibid, p. 36.

Enquanto a elite política e econômica do Piauí defendia ferrenhamente a necessidade de um desenvolvimento urbanístico, do outro lado também surgia uma parte da população de Teresina que vivia do subemprego, da mendicância e de trabalhos temporários.[75] Essa gente, em muitos casos, acabava sendo levada à loucura e ao suicídio, provocados, na maioria das vezes pelo álcool. Ainda segundo Mafalda Baldoino,[76] a presença de mulheres, velhos e crianças nas ruas de Teresina era considerada sinônimo de desordem. Como dito anteriormente, fazia-se presente um sentimento de medo e pavor nos habitantes da cidade, estes que olhavam com espanto e surpresa para as figuras desordenadas no meio de ruas projetadas para serem bem vistas e iluminadas, a exemplo das grandes capitais do Brasil. A presença desses "excedentes sociais" constituía para a elite uma ameaça cotidiana, eles eram vistos como principais responsáveis pela desordem física, moral e social da cidade.[77]

Em uma publicação do jornal O Tempo,[78] de 1906, denunciava-se que muitos operários autônomos, como alfaiates, floreiras, pedreiros e artesãos, vivendo em um período de recessão financeira, com amplo desemprego e carestia dos gêneros de primeira necessidade, apelavam para a filantropia institucionalizada por grupo de operários, como a Sociedade de Socorros Mútuos, e também para os setores públicos – Comissão de Socorros Públicos, que auxiliava na época, os indigentes; Hospital da Santa Casa de Misericórdia, que segundo Rafaela Martins,[79] servia para amparar os doentes gratuitamente, antes mesmo da existência do antigo Asilo de Mendicidade, que posteriormente se propôs a receber os mendigos, o que também é afirmado por Santana:

> Não obstante as condições restritas em que vivia a Santa Casa de Teresina, percebe-se que o hospital prestava de forma contínua assistência aos pobres da cidade. Os mapas demonstrativos da entrada e saída dos doentes que eram internados são representativos do papel caritativo, ao recolher

[75] SANTANA, Ibid, p. 40.
[76] ARAÚJO, Ibid, p. 39.
[77] ARAÚJO, Ibid, p. 36.
[78] "**MOVIMENTO ASSOCIATIVO**" O Tempo – Teresina 18/01/1906. p. 1 *apud* SANTANA, Márcia Castelo Branco. **Asilo de alienados de Teresina: história da assistência e da institucionalização dos loucos[as] no Piauí (18801 a 1920**). 2017. Dissertação (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27551?mode=full. Acesso em: 10 ago 2021
[79] SILVA, Rafaela Martins. **A Santa Casa de Misericórdia de Teresina: um espaço de controle e normatização no século XIX**. Monografia (Graduação em História). Teresina: Universidade Estadual do Piauí, 2013.

> abandonados, indigentes e prisioneiros como os pobres, presos da justiça, soldados de polícia, educandos, escravos nacionais e particulares.[80]

Segundo relatos do provedor Raimundo Antônio Lopes, em 19 anos de existência da Santa Casa, o número de pobres recebidos no hospital chegava à quantia de 2162, sem contar com as outras classes, o que elevaria esse número para 3334.[81] Com relação a Santa Casa, o que pode ser dito é que, entre os anos em que antecederam a construção do Asilo de Alienados e suas reformas, coube a ela a responsabilidade de acolher todas as classes menos favorecidas da capital. Para dar credibilidade à informação, traz-se aqui trecho do artigo 2º do relatório de compromisso apresentado no ano de 1879 pelo provedor Raimundo Antônio Lopes, no qual se faz possível perceber a valia da mesma para o atendimento dos enfermos e desvalidos:

> Art. 2º. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Theresina, sob invocação de N. S. das Dores, sua Advogada e Padroeira, toma por fim a prática de obras pias e de misericórdias que suavizem as dores dos enfermos e desvalidos.[82]

Porém, mesmo com as prerrogativas de acolhimento e tratamento para com os pobres da capital, inerentes à Santa Casa de Teresina, ainda era grande o número de indivíduos que vagavam pelas ruas da cidade e presos na cadeia, como bem coloca o trabalho de Fransuel Lima de Barros, quando coloca que:

> A sensação de insegurança pode ser explicada pelas precárias condições de subsistência, pela influência da miséria e, mais ainda, pelas condições de pobreza do povo.[83]

---

[80] SANTANA, ibid, p. 118.

[81] **Relatório apresentado ao Exmº Sr. Dr. Presidente da Província do Piauí, João Pedro Belforte, pelo Provedor da Santa Casa de Misericórdia Raimundo Antônio Lopes.** Teresina, 22 set. 1879. apud SANTANA, Márcia Castelo Branco**. Asilo de alienados de Teresina: história da assistência e da institucionalização dos loucos[as] no Piauí (18801 a 1920**). 2017. Dissertação (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27551?mode=full. Acesso em: 10 ago 2021.

[82] PIAUÍ. Santa Casa de Misericórdia de Teresina. Resolução n. 598. Aprova o Compromisso da Santa Casa de Misericórdia de Teresina **[Livro de leis e Decretos do Piauí].** Teresina, Palácio da Presidência da Província, 14 ago. 1866. Cap. I, Artº. 2º, p. 1 (Documentos da Santa Casa de Misericórdia de Teresina – Arquivo Público do Piauí "Casa Anísio Brito").

[83] BARROS, Fransuel Lima de**. TERESINA "MODERNA" E "CIVILIZADA":** as sociabilidades teresinenses sob o olhar dos cronistas (1900-1930). Teresina: Concioneiro, 2021.

Foi constatado também em diversas publicações do jornal A Época,[84] datados de 1902, o estado triste e lastimoso dos pobres e "infelizes" migrantes que vagavam, sem destino, pelas ruas e subúrbios da cidade de Teresina, sobrevivendo da caridade pública, ao passo em que esse estado fica evidente na narração de Baldoíno quando menciona que,

> Eram mocinhas humildes, "mulheres do povo", ébrios, vendedores de frutas, vendedoras de flores, cargueiros d'agua, artífices esfarrapados e operários, transportando em animais lenhas e pedras, porém todos condensando esforços para sobreviver. Isto constituía um vaivém nas ruas, o ir e o vir das mulheres, ora com trouxa de roupas na cabeça, ora com pote de barro em busca do rio Parnaíba ou com malas na cabeça descendo a rampa desse rio para tomarem lugar na embarcação, visando não só os seus próprios sentimentos, mas sobretudo a sobrevivência.[85]

As ruas de Teresina tornavam-se, por diversas vezes, locais de ganhar o pão de cada dia, como também um espaço de morada dos mendigos, muitos desses, segundo os cronistas da época, "eram vadios que não queriam trabalhar".[86] A elite passava a sentir-se temerosa com o considerável índice dos desocupados e amedrontada com os crimes e a violência cotidiana na cidade, daí então a motivação para reivindicar o aumento do contingente policial. A partir de então, começavam a ser tomadas medidas mais exigentes de vigilância e controle social. A camada de pessoas consideradas desordeiras, a incluir pessoas com deficiência e os loucos, que andavam perambulando pelas ruas fazendo com que se ampliasse o aparato policial foi o que permitiu a iniciação das campanhas pela criação do Asilo de Mendicidade, para oferecer abrigo aos mendigos e todos aqueles que não tinham lugar para morar ou precisavam de algum tipo de auxílio caridoso.

Em matéria intitulada "Impressões" publicada no jornal "O Apostolo : Orgam Official da Diocese (PI)", o padre Antônio Cardoso expõe seu desejo de criação de um espaço no qual fossem alojados aqueles que viviam perambulando pelas ruas, causando a desordem da capital.

---

[84] "**Os emigrantes e a seca**". A Época – Teresina 24/04/1878, p. 4. Esse é apenas um exemplo dos vários jornais que trazem notícias desse teor.
[85] ARAÚJO, Ibid, p. 39.
[86] Jornal O Tempo – Teresina 18/11/1986, n. 49, p. 1.

> O tempo já decorrido não nos privou de, pela imprensa, secundal-a também, tal a optima impressão que nos causou. Não somos refrectarios ao progresso. Applaudimol-o.
> Refirimo-nos á creação de um Asylo de Mendicidade n'esta Capital.
> A ideia é humanitária.
> Theresina chora a falta de tão útil instituto.[87]

Dialogando com o excerto anterior e reafirmando a vontade de construir um espaço para realocar os indivíduos que destoavam do imaginário progressista criado para Teresina, Maria Mafalda B. Araújo afirma que, no início do século XX, a imprensa passaria a fazer uma campanha no sentido da "necessidade de criação dos Asilos de Loucos e de Mendicidade"[88]. Além disso, no artigo 7º sobre a saúde pública do Piauí escrito em um dos relatórios dos presidentes dos Estados Brasileiros, no ano de 1905, exprimia a vontade de que a lei orçamentária contemplasse a criação do asilo de alienados:

> [...] extinguir ou diminuir a subvenção de 9:600$000 anuaes concedida pelo Estado, resolvi resuzizl-a a metade, fazendo o mesmo em relação a Santa Casa da Parnahyba, que recebia a subvenção de 3:000$000. O produto desta reduccção julgo applical-o começando a construção de um edifício apropriado e anexo a Santa Casa de Misericórdia para Asylo de alienados, afim de cessar o deshumano expediente de internal-os na Casa de Detenção, como acontece presentemente.[89]

Nesse ponto, ainda segundo Maria Mafalda Baldoino, os articulistas afirmavam que os Asilos trariam muitos benefícios à cidade, visto que não só impediriam que os classificados como indigentes, inválidos e loucos vivessem perambulando pela rua, a pedir esmolas, como resultaria em ações de investimento no progresso da cidade, para que ela galgasse os mesmos caminhos das demais capitais do país.

---

[87] **O Apostolo : Orgam Official da Diocese** (PI) - 1902 a 1912 – Teresina, 1912, p. 3 (Páginas do Jornal O apostolo, do período da Primeira Republica em Teresina – Arquivo Público do Piauí "Casa Anísio Brito").
[88] ARAÚJO, op. cit., 2010, p. 134.
[89] PIAUÍ. Governo (1890-1930: Mendes). **Mensagem do Exm Sr. Governador do Estado, Dr. Álvaro de Assis Osório Mendes, apresentada à Câmara Legislativa.** Teresina, 01 jun. 1905.<Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/720470/407>

3.2 Criação do Asilo de Alienados do Piauí: expectativa tardiamente "mal" atendida

No tocante ao caminho modernizador, aponto que no Recife, no Congresso Agrícola de 1878, um orador, justificando a aprovação de leis que restringissem a aglomeração de pessoas "ociosas" nos grandes centros da população, disse que essa aglomeração era "um perigo iminente, uma revolução adiada, é uma revolução brutal".[90] Seguindo essa linha de pensamento, a elite brasileira desejava a criação de asilos e instituições de caridade para a pobreza, porém, consideradas rigorosas penas para mendigos e vagabundos. Criaram-se dispositivos de vigilância e repressão, exercidos através das autoridades policiais, jurídicas e senatoriais, com o objetivo de enquadrar os desordeiros nos limites da ordem, na sociedade modernista. E mais, ao desejar livrar-se da mendicância nas ruas, a elite teresinense fez campanhas, desde o século passado, através da imprensa, buscando alternativas no sentido de amenizar a situação vivenciada, como observado por Maria Mafalda B. Araújo.

A partir do início do século XX, como dito anteriormente, a sociedade fez apelos para criação de casas filantrópicas para "cuidar" dessa parcela da população. Nesse sentido, o Asilo de Alienados tomou uma posição de espaço necessário para cuidar, primordialmente, daqueles que eram ditos loucos e indigentes que viviam soltos nas ruas ou presos na cadeia pública, que era onde eram colocados todos aqueles que fugiam do padrão modernista pensado para a capital. Pelo imaginário da população elitizada de Teresina, perpassava a ânsia de uma cidade progressista e civilizada, ou seja, sem nenhum tipo de "coisa" que pudesse atrapalhar esse projeto. Daí então a grande preocupação em limpar as ruas e locais com homens, mulheres e crianças que pudessem sujar a imagem da "nova cidade".

O asilo dos alienados ou asilo de mendicidade, juntamente com outras entidades, foi criado com o intuito de controlar pessoas que fugissem do padrão esperado pela sociedade da época ou até mesmo como forma de fazê-las mudarem de estado, como bem aponta o secretário de estado do governo, Luiz de Morais Correia em seu relatório endereçado ao governador Michel de Paiva Rosa, no ano de 1912:

---

[90] EISEMBERG, Peter. **Modernização sem mudança**: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977. p. 213.

> Nas cidades, em que tem sido fundados asylos, citam-se exemplos de mendigos conhecidos que emigraram para outro Estado para não serem internados nesses uteis estabelecimentos. Presentemente existem em quase todas as capitaes do norte do norte e cidades mais adeantadas. Ultimamente levaram a efeito tão generosa idea as capitaes do Maranhão e Parahyba e a cidade de Sobral, no Ceará.
> Seguindo estes exemplos, oxalá em breve possamos repetir, aplicando ao nosso paiz e, particularmente, ao nosso Estado, as seguintes palavras do eminente presidente da França, Raymond Pouncaré, na sua primeira mensagem dirigida ao Parlamento Francez: A República Franceza curva-se com bondade sobre a dôr e a miséria humanas.[91]

Ou seja, de acordo com esse caso em específico, o asilo foi criado objetivando organizar os ditos loucos e demais considerados indigentes em apenas um espaço no qual eles pudessem ser "higienizados", e caso não conseguissem, poderiam estes indivíduos emigrar de Estado para não serem internados. Além disso, nos aponta Maria Mafalda B. Oliveira:

> A partir das propostas de criação, é possível julgá-los como uma das respostas da elite ao espetáculo da mendicância, ao qual foi contraposto o "espetáculo da vigilância", uma vez que, criadas estas instituições assistenciais, Teresina estaria livre das "cenas indesejáveis".[92]

Ainda de acordo com Baldoino, "essas instituições emergiam como instrumentos de normatização e controle da sociedade", e não com viés de tratar das suas doenças mentais, propriamente ditas. O que nos faz pensar que o grande propósito da época com a criação do asilo dos alienados era fazer com que essas pessoas se tornassem mais fáceis de dominar para que não atrapalhassem a grande proposta de "cidade grande" tão desejada pelos governantes.

Até a criação do Asilo de Alienados, os sujeitos considerados doentes viviam à solta nas ruas, buscando sua própria sobrevivência por meia da mendicância ou enclausurados na Cadeia, na medida em que essa era a única instituição que poderia conter os chamados desviantes da cidade. Presos em celas sujas, eram considerados

---

[91] CORREIA, Luíz de Morais. Relatório: Diario do Piauhy : Orgão Official dos Poderes do Estado (PI), edição 139, 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/231371/2432>. Acesso em: 15 de ago de 2021.
[92] ARAÚJO, op. cit., p. 102.

apenas corpos que precisavam ter sua fúria controlada para não prejudicarem os cidadãos.

Entretanto, um personagem que fugiu à regra da época foi a doida Ângela, que segundo J. Miguel Matos em sua biografia, vivia em sua rua durante sua infância, a qual descreveu como nas suas lembranças de infância:

> Na Rua das Pedras pontificada, quase toda noite, quando eu era menino e carregava nos olhos a tristeza dos personagens de Segall, a doida Ângela, que fazia da minha rua o proscênio de sua representação de alucinada. Ângela tinha por hábito, por força de sua inconsciência, levantar os braços magros e longos para o céu e gritar, com toda força dos pulmões, como se tivesse dialogando com Deus;
> — Aquelas estrelas do céu são minhas! São todas minhas!...[93]

Apesar de o material acerca da memória de Ângela ser escasso, é possível inferir que esta vivia nas ruas, como outros loucos, e era de origem humilde, ao passo que o próprio autor do excerto menciona que ela "fazia da rua o proscênio de suas representações". Para J. Miguel de Matos, a rua era para a doida Ângela o conceito de liberdade que no hospício não poderia exercer, em vista de que, se levantasse "os braços para dialogar com Deus", seria duramente reprimida pelos médicos e assistentes que reprovariam sua "alucinação". O autor demonstra que os gestos de Ângela eram o que fazia com que a população a chamasse de doida, assim como vários outros com a mesma descrição. Importante ressaltar que, em todas as partes das ruas da cidade eram encontrados esses sujeitos e mesmo depois dos conhecimentos médicos serem aperfeiçoados, eles ainda continuavam a fazer parte de Teresina, tanto que houve a fundação do Asilo de Alienados.

Na pesquisa feita para escrita desse trabalho, foi procurado em registros dos relatórios governamentais do Estado do Piauí, entre os anos de 1890 a 1930, mensagens que corroborassem para responder os questionamentos acerca do papel do asilo de alienados para o governo da época, fazendo com que pudesse ser criada essa análise historiográfica. Através dessas falas, pode-se observar que, apesar de o asilo de alienados ter sido criado em 1907 e antes disso já haver a divulgação da necessidade da criação de um espaço que garantisse a caridade à essas pessoas,

[93] MATOS, J. Miguel de. **Pisando os meus caminhos**. Teresina: UESPI, 1997. p. 102.

ainda assim, são poucas as referências acerca da história dos loucos da cidade. Como a maior parte desses sujeitos eram de famílias pobres ou até mesmo indigentes, muitos não foram colocados como “merecedores” de atenção especial, desde que não atrapalhassem os planos da nova cidade.

Até mesmo nos relatórios de governo analisados,[94] só se viam reclamações acerca da sujeira que essa população trazia e apelos para criação de casas de caridade que apanhassem essas pessoas das ruas para qualquer tipo de tratamento. Em alguns relatórios trazia-se de forma vaga o estado de alguns sujeitos, bem como a quantidade de pessoas que eram recolhidas das ruas para a Cadeia Pública antes da criação do Asilo de Alienados, e posteriormente a quantidade que era mantida nele, bem como as mortes que aconteciam, como mostrado a seguir:

QUADRO DE DETENTOS[95]

Foram presos correcionalmente no período de que trato, 108 pessoas sendo:
Homens.....81
Mulheres.....27
Pelos motivos seguintes
Embriaguez.....33
Distúrbios.....71
Alienação mental.....02

Nesse sentido, pode-se inferir que muitos doentes mentais ainda ficavam esquecidos pelas ruas e eram mandados para a Cadeia Pública, ou mais, eram internados em hospícios fora do Piauí:

> Dizendo, em resposta ao ofício de 19 do corrente mez, que n’esta data a presidência digiria-se ao Exm. Sr. Ministro do Império, solicitando um lugar

[94] Mensagens apresentadas a câmara legislativa do anos 1890 a 1930, encontradas nos **relatorios dos Presidentes dos Estados Brasileiros (PI)**. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/720470/858. Acesso em: 16 de ago de 2021.

[95] PIAUÍ. Governo (1886-1887: Pereira). **Relatório do Exm. Sr. Presidente da Província, Antonio Jansem de Mattos Pereira, passando a administração ao Sr. Francisco José Viveiros de Castro.** Teresina: Typ. do Telephone, 06 jun. p. 118.

> no hospício de Pedro II para a alienada Francisca Rita que reside n'aquella villa [Campo Maior].[96]

Apesar disso, é importante fazer a ressalva de que essa medida nem sempre era considerada, uma vez que esse tipo de assistência gerava um ônus aos cofres do governo estadual, na virada do século e com advento da república. Como apontado por Márcia Castelo Branco:

> Conforme nota publicada no Jornal A Imprensa, foi preciso abrir um crédito de 14$400 de réis para o envio de dois alienados ao Hospício Pedro II.[97] Desse modo, configurava-se mais viável economicamente recolher os alienados indigentes às celas da Cadeia ou deixá-los perambulando pelas ruas, quando não fossem mais agressivos.[98]

Muitos dos ditos loucos da cidade que vagavam pelas ruas acabaram por ter suas histórias perdidas ou absolutamente nada registrado, tornando-se conhecidos apenas pelos seus conterrâneos, ainda aqueles que se interessavam por suas vidas. De acordo com Maria Mafalda Baldoino de Araújo[99], a luta pela construção de instituições assistencialistas que abrigassem a pobreza e aqueles que fugissem do imaginário social da população teresinense já era válida bem antes de se pensar na criação do espaço dedicado especialmente aos loucos, desde sua fundação, para ser mais exato. A criação da Santa Casa de Misericórdia e o Colégio dos Educandos e Artífices foram os que efetivamente entraram em funcionamento durante toda a segunda metade do século XIX. Entretanto, acerca do Asilo de Alienados como Instituição de acolhimento, de acordo com a documentação analisada, a imprensa passou a divulgar amplamente a necessidade da criação do Asilo de Loucos a partir do início do século XX. Em O "Diário do Poder" podia-se ler:

> [...] é de palpitante necessidade e de grande alcance altruísta criar-se nesta Capital um asilo que acolha no seio todos esses pobres que nas ruas teresinenses buzinam com pedidos de esmolas, que nas portas das casas

---

[96] A IMPRENSA. Teresina, n. 631, 8 mar. 1880, p. 2.
[97] A IMPRENSA. Teresina, Ano XVIII, n. 777, maio. 1883, p. 1
[98] SANTANA, Ibid, p. 67.
[99] ARAÚJO, Cotidiano e Pobreza, op. cit., p. 38.

> pedem de maneiras diversas com vozes imitando as variações e notas de música".[100]

Além disso, ainda de acordo com Maria Mafalda B. de Araújo, os artigos e crônicas também refletiam o interesse da fundação de tais instituições no Piauí, tendo como principal argumento o sentimento de compaixão que se deveria ter para com aqueles considerados indigentes, bem como a limpeza das ruas da capital, diminuindo também a distribuição de esmolas que se davam aos pobres. Os ditos loucos se tornam personagens importantes para se fazer compreender o sentido da criação de um espaço que fosse próprio para os doentes da cidade de Teresina em vista de que esse era um período em que incidiam diferentes pensamentos e falas de saberes sobre a transição da cidade pacata para a moderna capital.

A ideia era garantir a segurança desses sujeitos, mas também a de sua família e da sociedade, além de também libertá-los de influências externas, que nem sempre foram prerrogativas que atingiram a todos aqueles denominados doentes.

Voltando ao que aqui diz respeito sobre o espaço dedicado aos loucos, passados cinco anos após a inauguração do Asilo de Alienados, em 1907, havia reclamações proeminentes sobre o prédio a qual os loucos estavam instalados. Segundo informes governamentais piauienses datados de 1890 a 1930 à câmara legislativa do Estado, os governadores do estado não estavam muito preocupados com os corpos doentes da cidade de Teresina. O que apontam essas mensagens é que os indivíduos internados nesta instituição estavam à mercê de uma caridade meândrica, muito mais direcionada a uni-los em um espaço separado tanto daqueles que eram presos na cadeia quanto da sociedade que vivia solta nas ruas da capital.

O Asilo de Alienados, segundo trecho da pauta de *assistência e caridade* de 1909, do relatório do então governador Manuel Raimundo da Paz:

> [...] foi criado por uma iniciativa do corpo médico da região, estando a frente o dr. Areolino de Abreu e que afinal, como vereis, veio a tornar-se exclusivamente oficial, passando a constituir verba permanente e sempre crescente do nosso minguado orçamento – é o Asylo de Alienados.
>
> [...] Inútil regatear louvores aos promotores de tão genuína ideia, e demonstrar as suas vantagens, avultando entre estas a de retirar da indecorosa promiscuidade, em que até então viviam com criminosos na cadeia pública, os infelizes cegos de espírito. Sendo quota desta de

[100] Diário do Piauí – 10/08/1912 nº 172.

> R$4.0$5$000 e a dos auxílios federaes de R$25.000$000, a despesa com a Asylo attingio, portanto, a cifra de R$59:656$702. Em taes condições será difícil, senão impossível ao Estado, mantel-o modestamente, ao seu humanitário e utilíssimo fim.
> [...]Com a conclusão do prédio que se acha instalado o Asylo, mais do que a importância até hoje despendida com as suas obras que ainda acham em meio, terá o governo que gastar. As nossas finanças não suportam esta despesa. Na impossibilidade, porém de ultimal-a em condições apropriadas, lembra o zeloso secretario de fazenda o alvitre do transferil-a ao Governo Federal que dela pode utilizar-se com grande proveito para a instalação da sua enfermaria militar, e anexar o Hospicio à Santa Casa de Misericordia, dando-se a esta subsidio necessário a sua manutenção.[101]

Após esse relato, os demais que se seguem aos anos posteriores, falam abertamente sobre a estrutura do prédio que foi feito para garantir a sobrevivência e tratamento dos ditos loucos da cidade. No ano de 1910, em pauta do relatório do então governador, Antonino Freire da Silva, é possível observar que para os governos das primeiras décadas após advento da República, os gastos com o Asilo de Alienados eram um prejuízo para os cofres públicos piauienses, sendo melhor acoplá-los à Santa Casa de Misericórdia, em vista de que para Freire, a despesa com o Asilo era elevadíssima quando refletida na improdutividade em que era feita e ainda mais, "que ao Asylo de Theresina falta tudo: a casa, as enfermarias, o tratamento.[102] Não é um hospício, é uma casa de doidos que só se visita uma vez, para conservar a mais penosa impressão."[103] Embora com falas contraditórias sobre a produtividade do trabalho asilar da instituição, Anísio fez solicitação de vernas para autorizar a construção de salas de banho para o tratamento hydrotherápico dos asilados em prol da melhoria das condições do estabelecimento.

No decorrer dos anos que se passaram, o Asilo se manteve no mesmo patamar que esteve após anos de sua criação. Nos anos que vão de 1911 a 1917, a preocupação da ordem pública para com o asilo era pouca, tendo esta outras

---

[101] PIAUÍ. Governo (1890-1930: Paz). **Mensagem do Exm Sr. Governador do Estado, Dr. Manuel Raimundo da Paz, apresentada à Câmara Legislativa.** Teresina, 01 jun. 1909. Disponível em:< http://memoria.bn.br/DocReader/873233/564>

[102] PIAUÍ. Governo (1890-1930: Silva). **Mensagem do Exm Sr. Governador do Estado, Dr. Antonino Freire da Silva, apresentada à Câmara Legislativa.** Teresina, 01 jun. 1910. Disponível em:< http://memoria.bn.br/DocReader/873233/565>

[103] SILVA, op. cit., p. 27.

prioridades. Em 1913, Miguel de Paiva Rosa destacou o que os demais diziam acerca da penúria que era está dentro do asilo, um estabelecimento de pouco asseio e recursos para cuidados médicos. Em sua fala à câmara legislativa, afirma que:

> [...]este estabelecimento é tudo o que há de mais rudimentar e primitivo e para proval-o basta dizer-vos que por falta de acomodações, justamente os infelizes alienados que mais cuidado reclamam são os que se encontram expostos a intempéries do tempo.[104]

Compreende-se que, tanto a população[105] quanto a ordem pública, viam as condições precárias em que viviam os indivíduos considerados loucos à época, mas faziam vista grossa quando falavam acerca de uma assistência mais aprazível. Salvo aqueles que trabalhavam nessas casas de assistência, estes que:

> [...] Em um meio pobre como o piauhyense, desprotegido do favor particular, recebendo insignificante parcela o que há a admirar é a tenacidade, a persistência no fazer o bem, com que se entregam aos labores da direção de um hospital, entre nós, aquelles que para ali vao armados da maior dose de boa vontade e do desejo de serem uteis ao seu semelhante.[106]

Eram pessoas que tratavam desses indivíduos a um custo muito baixo, a caridade. Pessoas estas que projetavam o asilo como uma forma de realmente tratar esses corpos, como assim começou a ser projetada a Instituição.[107] O projeto foi feito de maneira bem pensada, e caso tivesse sido posto em execução, teria sido criado um asilo modelar. Infelizmente as obras ficaram pela metade, tendo sido construídos apenas metade de dois pavilhões para doentes – sendo que um deles não tinha

---

[104] PIAUÍ. Governo (1890-1930: Rosa). **Mensagem do Exm Sr. Governador do Estado, Dr. Miguel de Paiva Rosa, apresentada à Câmara Legislativa.** Teresina, 01 jun. 1913. Disponível em:< http://memoria.bn.br/DocReader/873233/694>

[105] Em outra passagem do mesmo relatório, Miguel Rosa salienta que os únicos institutos de assistência a saúde publicam do Piauí eram o Asilo de Alienados e a Santa Casa de Misericórdia, ambos beneficiados aos favores da união, do estado e do município. Que a caridade pública só raramente e de bem de longe concorria a seu minguado auxilio a favor dos indigentes que ali eram amparados.

[106] PIAUÍ. Governo (1890-1930: Rosa). **Mensagem do Exm Sr. Governador do Estado, Dr. Miguel de Paiva Rosa, apresentada à Câmara Legislativa.** Teresina, 01 jun. 1915. Disponível em:< http://memoria.bn.br/DocReader/873233/808>

[107] Em fala do ano de 1917, o governador Eurípedes Clementino de Aguiar, em seu relatório governamental, expôs que em meados de 1906, o intuito era criar um estabelecimento hospitalar para loucos indigentes, a classe médica promoveu uma subscrição popular, conseguindo angariar donativos para sua criação.

cobertura – três células para os furiosos e a casa para administração, essas últimas não previstas.

Sobre sua administração, é importante mencionar que funcionou desde sua fundação provisória até 1917 sob administração direta do governo e direção da Santa Casa de Misericórdia, sendo que, sob direção do Estado ou sob a direção da Santa Casa, a situação do asilo desde a sua inauguração foi sempre precária.

> Sem acommodações precisas, tendo como único recurso para custear os seus serviçoes a mesquinha subvenção estadual de 6:000$000, o Asylo não pode dispensar as dezenas de infelizes a elle recolhidos, os cuidados de que carecem. Accresce que no quatriênio passado, nem essa minmguada subvenção era pontualmente paga.[108]

Não obstante, em 1917, sob o governo de Eurípedes Aguiar, o asilo pode melhorar a sua estrutura, tanto física quanto condicional. Acontece que o então governador usou de recursos públicos para melhorar a situação dos indivíduos que ali habitavam. Além disso, através dele, foi possível saber o porquê de o asilo sempre ter estado em situação de calamidade. Acontece que os recursos eram repassados ao Estado, que ao invés de incorporá-los aos objetivos referentes ao asilo, utilizava-os para outras prioridades, não aplicando nem metade do valor que deveria à construção e manutenção do mesmo. Apenas em 1917 é que os devidos valores foram repassados a direção da Santa Casa para manutenção de obras e auxílio aos doentes que ali estavam internados.[109]

Segundo o que o próprio governador aponta, no ano de 1918 ele ainda lutava para que as quotas referentes ao asilo fossem devidamente repassadas para que as manutenções fossem efetivadas. Apenas em Agosto de 1919 esses repasses seriam feitos, porém, por intermédio do governo atual da época, os reparos mais urgentes foram feitos como forma de melhorar a vida dos doentes que lá viviam. A promessa era que em um ano as obras voltariam a andar no prédio do asilo, por intermédio da direção da Santa Casa de Misericórdia.

---

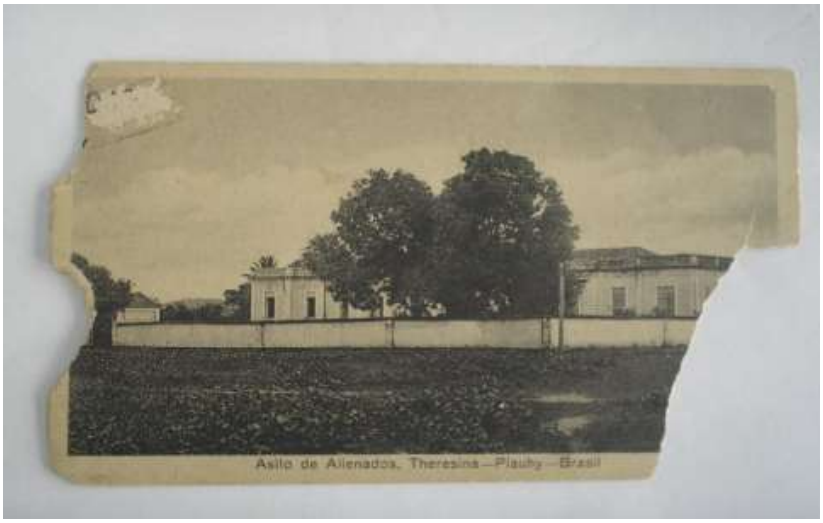
[108] PIAUÍ. Governo (1890-1930: Aguiar). **Mensagem do Exm Sr. Governador do Estado, Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar, apresentada à Câmara Legislativa.** Teresina, 01 jun. 1917. Disponível em:< http://memoria.bn.br/DocReader/873233/860>

[109] PIAUÍ. Governo (1890-1930: Aguiar). **Mensagem do Exm Sr. Governador do Estado, Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar, apresentada à Câmara Legislativa.** Teresina, 01 jun. 1918. Disponível em:< **http://memoria.bn.br/DocReader/873233/861**>

Entre os anos de 1919 e 1930, o Asilo de Alienados foi marcado por algumas melhorias quanto a sua estrutura e organização[110], mas nada que pudesse ser visto como uma repaginada. Ainda continuava com verbas sucateadas,[111] sem recursos suficientes para cuidar dos que ali estavam internados. Não detinha de aparelhos necessários e seguia de pé dentro dos limites de suas possibilidades, procurando satisfazer as questões humanitárias para que ele foi proposto com a ajuda majoritária da filantropia e caridade daqueles que conseguiam não só ver os loucos, mas percebê-los como seres que mereciam alguma assistência.

Através da documentação pesquisada, não foi possível identificar como ocorreram as etapas de construção e reformas do Asilo por não terem sido encontradas fotografias que remontassem a isso. Porém, no Arquivo Público do Piauí foi possível encontrar um cartão postal que traz a imagem da instituição, reproduzida na foto a seguir:

Figura 2 – Asilo de Alienados do Piauí



[110] No ano de 1922, sob governança de João Luiz Ferreira, o que foi observado através de seu relatório foi que o Asilo passava por uma boa fase, com “inestimáveis serviços prestados aqueles que precisam”, como aponta o mesmo. A parte clínica funcionava bem, sob direção do Dr. João Virgílio dos Santos e a situação financeira do asilo era relativamente boa em comparação aos anos anteriores. Agora instalado em um prédio maior, ainda continuava com problemas de acomodação para seus pacientes, o que demonstra que nem todos os problemas haviam de fato sido resolvidos.

[111] Em 1927, o asilo é lembrado no relatório anual para a câmara legislativa com o fato de haver poucos recursos financeiros para a instituição, mas que ainda prestava socorro clínicos e assistência aos seus internos.

Importante ressaltar que a imagem não continha qualquer informação acerca da data em que ela foi tirada, ou seja, não é preciso dizer que tenha sido feita entre os anos 1907 e 1930, ao certo. Porém, pode-se inferir que na época reproduzida na foto, o Asilo já tinha boa parte de sua estrutura construída.

Sendo assim, é possível dizer que, perante a uma situação historicamente marcada no recorte que abarca desde a fundação da cidade de Teresina até os meandros de criação e manutenção do Asilo de Alienados, período esse marcado pela forte presença do desenvolvimento do país e de um imaginário social formado por pessoas vinculadas a novos valores burgueses, para os pobres sobra a condição de ser um grupo que precisava ser fiscalizado e posto em locais que não ferissem esse novo contexto mundial e brasileiro da época. A abertura do Asilo para atender os doentes mentais representou uma nova faceta no tratamento dessas pessoas, pois a loucura passou a ser institucionalmente tratada por um médico e em um hospital que tinha a finalidade de abrigar esses doentes. Porém, cabe dizer que, a ordem asilar que aparecia como fundamental nas falas de seus defensores tinha a prerrogativa de que a figura do médico seria o grande organizador desse universo que emergia no cenário das cidades, com o objetivo de fazer o tratamento do louco, porém, além de o Asilo de Alienados não ter sua estrutura física totalmente completa, para que os doentes tivessem pelo menos um espaço adequado para sua internação, a instituição destinada aos alienados ficava nas mãos de um só médico, com a finalidade de exercer funções administrativas e clínicas. Além disso, através do que foi dito, pode-se inferir que as causas que perpassavam o desejo de criação desse espaço para essas pessoas iam muito além do que a junta médica queria propor à época. Os governadores de estado queriam que houvesse esse lugar, mas não queria gastar para mantê-lo, não oferecendo recursos suficientes para reais cuidados aos pacientes.

Deste modo, é válido apontar que, segundo o que foi disposto até aqui, fica evidente que a caridade para com os corpos ditos loucos em Teresina perpassava um momento sinuoso. Enquanto a cidade tentava se modernizar, as elites locais tentavam se adequar aos novos códigos de conduta introduzidos aos modelos que vinham de fora, enquanto que a população menos abastada tinha que lidar com problemas severos de espaço físico e social. A prioridade até então era com a política de urbanização, higienista e sanitária da cidade, e tudo aquilo que destoava dessa valorização, teria de ser pensado de uma forma que não atrapalhasse os planos

modernistas. Essa realidade para Teresina chocava com as propostas que se avolumavam em outras instituições.

No que se refere às mudanças de postura e a internação dos considerados loucos, se traz à tona a indagação de qual realmente era o objetivo das políticas públicas voltadas para os sujeitos considerados loucos pela sociedade da época em Teresina. De acordo com as leituras, com toda a documentação encontrada e as memórias que nelas estavam incrustadas, acreditasse que, sim, havia uma vontade por parte dos defensores da psiquiatria em ajustar um espaço para que essas pessoas fossem avaliadas e possivelmente tratadas, porém, por parte da elite e dos governantes do estado do Piauí à época, a grande necessidade era a de fazer o que era preciso para barrar tudo que não trouxesse “luz” a cidade pré-moldada para ser uma capital, uma metrópole aos moldes das demais capitais brasileiras e pensada para se transformar numa verdadeira capital digna da tão sonhada Paris de Barão de Haussmann.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como todas as peças da vida requerem um ato final, aqui registro a tentativa de concluir sobre os caminhos percorridos para a compreensão da história de modernização e exclusão dos corpos ditos loucos na cidade de Teresina no final do século XIX. Levando em consideração os conceitos incorporados pelo grande autor pelos autores aqui citados, tentei trazer para esse trabalho o desdobramento de como foi pensado o lugar que pretendeu acolher (ou recolher?) e tratar daqueles que eram apontados como loucos em Teresina. Os cenários aqui constituídos foram se construindo à medida em que fui buscando fontes para exprimir minhas dúvidas e anseios de respostas. Algumas vertentes foram modificadas, poucos foram aqueles que ganharam uma real visibilidade, em vista de que busquei angariar o máximo de informações acerca da macro-história da região do Piauí à época do recorte aqui amparado.

Com a ideia de demonstrar como foi se dando a história da modernização de Teresina com o começo da República, e nisso, abarcar a minoria que era marginalizada, o presente trabalho meneou-se entre pesquisas já feitas por grandes historiadores regionais, como meio de possibilitar uma maior visão acerca do tema aqui explorado. Com base nisso, identificou-se um ritmo de continuidade e descontinuidade nos olhares daqueles que detinham das ideias progressistas para aqueles que eram considerados loucos e loucas na cidade, em vista de que bem antes da fundação do asilo de alienados, estes estavam misturados aos demais rostos considerados responsáveis pela desordem constituída pelas “classes perigosas”. Os ditos loucos de Teresina andavam a esmo pelas ruas da capital, porém, quando agressivos, nas celas da cadeia pública. Muitas vezes tratados como indigentes, eram poucos aqueles que possuíam alguma perspectiva de vida para o seu futuro e consequente destino.

Pode-se dizer que a emergência para a urbanização e a criação de políticas de higiene para as cidades, principalmente aquelas que representavam o centro administrativo e político do estado, em muitas regiões do Brasil, projetou uma tessitura de ações que levaram ao questionamento de como seres pobres, prostitutas, loucos e demais indivíduos viviam à margem de uma nova ordem que se integrava deveriam ser tratados nessa reconfiguração citadina da urbe. Em Teresina, esse imaginário progressista emergiu no final do século XIX, também baseado nos padrões burgueses

das cidades que já estavam se moldando aos moldes incitados pela Belle Époque na Europa, mais incisiva em Paris, na França. O advento dessas ideias de modernização respaldou-se na idealização de normalização dos espaços públicos e das instituições fundamentais para a realização de toda uma reorganização espacial e social. Nesse sentido, a criação de entidades que assistissem todos aqueles que enfeiassem a cidade que crescia e se modernizava era o que mais se buscava, ideia essa que veio se concretizar no começo do século XX em Teresina, mais precisamente no ano de 1907.

Com a criação do Asilo de Alienados, os ditos loucos passariam a ser enviados para enfermarias de uma instituição apropriada para tratar a loucura. A finalidade de cuidar e curar essas pessoas, era dar uma assistência mais específica aos loucos, com algumas iniciativas médicas, para que esse pudesse voltar a conviver em meio a sociedade da época. Caso contrário, o indivíduo ficava refém da internação no Asilo, tendo a presença de apenas um médico-diretor, que atuava tanto na administração desse espaço quanto na parte do tratamento do sujeito considerado alienado.

Pode-se dizer, por fim, que o Asilo de Alienados, foi um espaço de assistência e reclusão para os ditos loucos, pouco se baseando nas normas da medicina, com pouca medicalização, embora tivesse um médico e seu saber assumindo um lugar proeminente no cenário teresinense. Deve-se ressaltar que, apesar da ausência de médicos, não podemos afirmar que essas pessoas estavam entregues aos cuidados de leigos. Atuando nas questões de prescrição de medicamentos, dietas alimentares e como o responsável pela internação e alta do interno no Asilo, o médico-diretor representa, ainda que de forma restrita, figura importante no “cuidar” do louco que se encontrava interno.

Dessa forma, enfatizando o que esse trabalho de monografia buscou analisar e compreender, depreende-se que, no que diz respeito às políticas públicas instauradas para cuidar dos corpos ditos “loucos” da capital, esse foi um ato que demorou a ser oficializado, e mesmo depois de sua inauguração, ainda deixou a desejar no quesito de maiores cuidados para com essas pessoas, além da enorme falta de recursos para o local. Por assim dizer, compreendo que a maior preocupação inicial da elite política e intelectual de Teresina no recorte aqui apresentado, era se “livrar” de tudo aquilo que enfeiava e impossibilitava a cidade de progredir, de virar uma metrópole moderna e amparada pelos modelos de cidades europeias, entrando

no grupo todos aqueles seres considerados desordeiros, que não tinham onde viver e atrapalhavam os planos dos que detinham de maior poder aquisitivo. Poderia haver outros caminhos a serem seguidos pelo trabalho aqui apresentado, mas, buscou-se apontar uma possível história, dentro daquilo que meu conhecimento histórico permitiu até aqui.

Porém, ressaltando que, conforme nos coloca Walter Benjamin,[112] "O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido" é importante que se faça interpelar o passado de sujeitos considerados “minoria” na História para a elite teresinense, seja em seu contexto social e econômico, ou sob a perspectiva de suas moléstias. Finalizo dizendo que a sede pelo conhecimento dessa vertente ainda não acabou e que, como historiadora, eu ainda não fechei a porta para os anseios de novas respostas.

[112] BENJAMIN, Walter**. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. In: *Mágia e Técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 224

FONTES

PIAUÍ. Governo (1890-1930: Aguiar). **Mensagem do Exm Sr. Governador do Estado, Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar, apresentada à Câmara Legislativa.** Teresina, 01 jun. 1917.

PIAUÍ. Governo (1890-1930: Melo). **Mensagem do Exm Sr. Governador do Estado, Dr. Mathias Olimpio de Melo, apresentada à Câmara Legislativa.** Teresina, 01 jun. 1927.

PIAUÍ. Governo (1890-1930: Ferreira). **Mensagem do Exm Sr. Governador do Estado, Dr. João Luiz Ferreira, apresentada à Câmara Legislativa.** Teresina, 01 jun. 1920.

PIAUÍ. Governo (1890-1930: Aguiar). **Mensagem do Exm Sr. Governador do Estado, Dr. Eurípedes Clementino de Aguiar, apresentada à Câmara Legislativa.** Teresina, 01 jun. 1920.

PIAUÍ. Governo (1890-1930: Rosa). **Mensagem do Exm Sr. Governador do Estado, Dr. Miguel de Paiva Rosa, apresentada à Câmara Legislativa.** Teresina, 01 jun. 1914.

PIAUÍ. Governo (1890-1930: Rosa). **Mensagem do Exm Sr. Governador do Estado, Dr. Miguel de Paiva Rosa, apresentada à Câmara Legislativa.** Teresina, 01 jun. 1913.

PIAUÍ. Governo (1890-1930: Silva). **Mensagem do Exm Sr. Governador do Estado, Dr. Antonino Freire da Silva, apresentada à Câmara Legislativa.** Teresina, 01 jun. 1910.

PIAUÍ. Governo (1890-1930: Silva). **Mensagem do Exm Sr. Governador do Estado, Dr. Antonino Freire da Silva, apresentada à Câmara Legislativa.** Teresina, 01 jun. 1909.

A IMPRENSA. Teresina. n. 626, 26 jan. 1880, p. 1-2.

A IMPRENSA. Teresina, n. 631, 08 mar. 1880, p. 2.

A IMPRENSA. Teresina, Ano XVIII, n. 777, 23 maio 1883, p. 1.

DIÁRIO DO PYAUHY. Teresina, Ano 1911, p. 2.

DIÁRIO DO PYAUHY. Teresina, Ano III, n. 172.

DIÁRIO DO PIAUHY. Teresina, Ano II, n. 101.

“SERVA TE ÍPSUMA”. A Legalidade, Teresina, Ano I, n. 34, 27 ago. 1892, p. 1-2

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1993

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. *Cotidiano e Pobreza*: a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina- Piaui; Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino de. *Cotidiano e imaginário:* um olhar historiográfico. Teresina: EDUFPI/ Instituto Dom Barreto, 1997.

BARROS, Fransuel Lima de. *TERESINA "MODERNA" E "CIVILIZADA"*: as sociabilidades teresinenses sob o olhar dos cronistas (1900-1930). Teresina: Concioneiro, 2021.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Mágia e Técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés; Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986

BLOCH, Marc, *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRANDÃO, T. P. *A elite colonial piauiense*: família e poder. 2. ed. Recife: UFPE, 2012.

BRESCIANI, M. S. M. *Metrópoles:* as faces do monstro urbano. As cidades no século XIX. Revista Brasileira de História, [s. l.], v. 5, n. 8-9, p. 35-68, set. 1984 a abr. 1985.

BRESCIANI, Maria Stella. *A cidade*: Objeto de estudo e experiência vivenciada. revista brasileira de estudos urbanos e regionais, vol. 6, núm. 2, noviembre, 2004.

CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. SãoPaulo: Companhia das Letras, 1987

CASTELO BRANCO, A. N. L. *Assistência psiquiátrica no Estado do Piauí*. In: Revista da Universidade Federal do Piauí: Pró-Reitoria de Extensão, v. I. Teresina: COMEPI, 1980. p.55-65.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. *As singularidades da modernização na Cidade da Parahyba nas décadas de 1910 a 1930. 2004*. Tese (Doutorado). Programa de

Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 3a ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CHALHOUB, S. Cidade febril. *Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

EISEMBERG, Peter. *Modernização sem mudança*: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

EKSTEINS, Modris. *A sagração da primavera*: a grande guerra e o nascimento da era moderna. Tradução de Rosaura Eichenberg. Rio de Janeiro: Rocco, 1991

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*: Na Idade Clássica. Trad. José Coelho Teixeira Neto. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfisica do Poder*. Rio de Janeiro. Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro. Voze, 1987.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Trad. Roberto Machado. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1980

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

GANDARA, Gercinair Silvério. *Teresina: a capital sonhada do brasil oitocentista*. História (São Paulo), [S.L.], v. 30, n. 1, p. 90-113, jun. 2011.

LIMA, Nilsângela Cardoso. *Páginas da História do Piauí colonial e provincial*. Teresina: Edufpi, 2020.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da norma*: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978

NASCIMENTO, F. A. *A cidade sob o fogo*: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina, Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

QUEIROZ, T. de J. M. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí*.

Teresina: UFPI; APL, 1994.

QUEIROZ, T. de J. M. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão:* tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle:* política e cultura. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVEIRA, Fernando de Almeida and SIMANKE, Richard Theisen. *A psicologia em História da Loucura de Michel Foucault*. Fractal, Rev. Psicol. [online]. 2009, vol.21.

TITO FILHO, A. *Crônica da cidade amada.* Primeiro século (1852-1952). Teresina: Academia Piauiense de Letra, 1977.

VILHENA, Gustavo Henrique Ramos de. *Os fazedores de cidade: uma história da mudança da capital no Piauí (1800-1852)*. 2016. 273 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2016. Cap. 2.

XVII ENANPUR, 2017, São Paulo. *Os códigos de posturas e as práticas urbanísticas no início do século XX em Teresina*. São Paulo: Anpuh, 2017

XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *AS ESCRITAS DE CLIO: LITERATURA E MODERNIZAÇÃO DA CIDADE DE TERESINA, NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX*. Fortaleza: Anpuh, 2009.

TESES E DISSERTAÇÕES:

ALVES, Lourence Cristine. *O Hospício Nacional de Alienados*: Terapêutica ou higiene social?. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Milena Fernandes. IX CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 2013, São Paulo. O "ESPAÇO" DO COMÉRCIO NA SÃO PAULO DA BELLE ÉPOQUE (1890- 1915). São Paulo: Unicamp, 2013. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/milena-fernandes-de-oliveira.pdf. Acesso em: 25 set. 2021. p.4

SANTANA, Márcia Castelo Branco. *Asilo de alienados de Teresina*: história da assistência e da institucionalização dos loucos[as] no Piauí (18801 a 1920). 2017. Dissertação (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/27551?mode=full. Acesso em: 10 abr. 2021.

SILVA, Rafaela Martins. *A Santa Casa de Misericórdia de Teresina*: um espaço de controle e normatização no século XIX. Monografia (Graduação em História). Teresina: Universidade Estadual do Piauí, 2013.